

Trabalho de Graduação  
Curso de Graduação em Geografia

PÔR O PRETO NO BRANCO: IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS NO ROMANCE  
CANAÃ, DE GRAÇA ARANHA

Messias de Lira

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Rio Claro (SP)

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Câmpus de Rio Claro

*MESSIAS DE LIRA*

PÔR O PRETO NO BRANCO: IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS  
NO ROMANCE *CANAÃ*, DE GRAÇA ARANHA

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

*Rio Claro - SP*  
2017

910.09 Lira, Messias de  
L768p Pôr o preto no branco : ideologias geográficas no  
romance Canaã, de Graça Aranha / Messias de Lira. - Rio  
Claro, 2017  
61 f. : il.

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia)  
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e  
Ciências Exatas

Orientador: Paulo Roberto Teixeira de Godoy

1. Geografia - História. 2. Ideologias geográficas. 3.  
Canaã. 4. Graça Aranha. 5. Formação territorial brasileira. I.  
Título.

MESSIAS DE LIRA

PÔR O PRETO NO BRANCO: IDEOLOGIAS  
GEOGRÁFICAS NO ROMANCE CANAÃ, DE GRAÇA  
ARANHA

Trabalho de Graduação apresentado ao  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
- Câmpus de Rio Claro, da Universidade  
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,  
para obtenção do grau de Bacharel em  
Geografia.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy (orientador)

Prof. Me. Guilherme Rodrigues Caruso

Prof<sup>a</sup>. Me. Cristina de Moraes

Rio Claro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura do aluno

assinatura do orientador

## Agradecimentos

Primeiramente e acima de tudo, agradeço à minha mãe Maria Helena e meu pai José Francisco, heróis, apoiadores incondicionais em toda a minha trajetória até aqui. De modo que sempre fizeram o possível e o impossível para eu chegar onde cheguei.

Agradeço à todos os meus professores, muitos que incentivaram e até os que disseram que eu não chegaria a lugar algum. Professores especiais desde a passagem pela EMEIF Prof<sup>a</sup> Zezé Salles, ETEC Tenente Aviador Gustavo Klug, Colégio Liceu Vivere até a UNESP de Rio Claro.

Particularmente agradeço imensamente ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira de Godoy, pelo apoio e orientação deste presente estudo. Além dele, gostaria de dar meus cumprimentos também à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Darlene Aparecida Oliveira Ferreira que me norteou nos trabalhos realizados por mim na monitoria da disciplina de Geografia Rural e na ajuda aos docentes do Departamento de Geografia da UNESP de Rio Claro, bem como as minhas saudações aos professores Samuel Frederico, Fabrício Gallo e José Gilberto com quem também aprendi a começar ser geógrafo.

Cabe também meu agradecimento aos meus pareceristas, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Bernadete Castro, e também colegas de Geografia, Guilherme Caruso e Cristina de Moraes, com considerações precisas e sensatas ao meu trabalho, bem como à professoras como Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Bernadete Carvalho e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Antônia Azevedo, que me incentivaram a trilhar o caminho do ensino de Geografia.

Cumprimento ainda professores e professoras do ensino básico que me deram a perspectiva de enxergar a realidade sob a forma geográfica, matemática, literária e histórica. Entre eles estão Marcos Pavani, Emerson Rogers, Ricardo Octaviano, Leonardo Franco, Aliandro Bezerra, Mayra Massuda, Ricardo Barros (Creme), Paulo César (Picé), Antônia (Piti), Fernando Laxa, João Paulo Guimarães, Carlos Adalberto Felício, Josiane Ortolan, Carlos Motta, Veridiana Pistarini, Luci, Lígia e Dulcinéia Paiuta.

Agradeço aos amigos que fiz em minhas vivências em Analândia, Pirassununga em Rio Claro. Especialmente amigos do Portal das Samambaias e adjacências,

Gabriel Fontes, Mauricio Silva, Marcio Silva, Fernando Carbone, Ricardo Custódio (vulgo Gnomo), Danilo Pereira, Aron Sousa, Kaique Bevilacqua, Erick Thesolin, Alexandre Mendes e Aréli Alho.

Também quero ressaltar grandes amigos que fiz na minha querida e sempre casa Manguetown, onde comigo habitaram Gabriel Bairro, Renan Yamasaki, Jose Gregório Solorzano e Luis Luna, além dos agregados Luan Nishimura e Lohanne Lunardi. Sou muito grato pelas risadas das altas noites e baixos dias de conversas com colegas do ensino médio, Alberto Eisinger, Lucas Bertoli, Mateus Lio, Rodrigo Melo, Vanderlei Benetel, Pedro Andriotti, Bruno Coletti, Bruna Lopes, Nathália Andreotti e Sara Mancin.

E nesta última etapa de ciclo da graduação tenho um imenso carinho por meus colegas de trabalho do Censo Agropecuário 2017 do posto de coleta do IBGE de Pirassununga. Agradeço pela acolhida da Paula Meyer, Willian Ferreira, Fábio Büttner, Thiago Landgraf, Leonardo Araújo, Anelise Gomes, Rafaela Zillo, Carla Mourão, Murilo Sossai, Priscila, Rossana, Edilson e Camila Baldoni.

Por fim, (mas não menos importante) quero demonstrar meu reconhecimento à minha companheira de vida Marcela Barone. Por ser uma mulher forte, que desde que andamos lado a lado, ela tem feito da minha vida uma nova forma de se viver e enxegar o mundo com amor e cumplicidade.

Obrigado a todos que contribuíram comigo de alguma forma, à 55ª turma diurno do curso de Geografia do IGCE da UNESP de Rio Claro, inclusive os funcionários por todos os lugares dos quais eu passei e que sempre me auxiliaram aonde quer que eu esteja.

## Resumo

As relações sociais sobre as lentes da ciência, podem se revelar sob diferentes linguagens e perspectivas. Dessa forma, entende-se que a análise literária permite explorar aspectos geográficos ao transfigurar uma realidade social em um elemento da estrutura literária, possibilitando a investigação em si, bem como das funções que a obra exerceu ou exerce sobre a materialidade. Dessa maneira, a análise da obra *Canaã*, capta as dinâmicas e processos sociais que organizaram ideologias ligadas à construção de um projeto nacional. A análise das ideologias geográficas presentes na obra *Canaã* (1902), tem como intuito, compreender determinados conceitos e expressões relativas à análise geográfica – tais como paisagem, raça e território – na composição de um discurso de identidade nacional brasileira construída nas personagens. De modo a demonstrar elementos que eram pensados à época o espaço geográfico e a construção da nação. Para tal propósito, utilizamos os conceitos de ideologias geográficas e visão de mundo. Através de ambos podemos traçar uma interpretação dos discursos das personagens, de modo que, identifiquem-se e demonstrem particularidades da formação territorial brasileira, ao passo que nos aproxima dos movimentos históricos da época, que demonstram a manifestam a articulação entre espaço, sujeito e obra.

Palavras-chave: ideologias geográficas, *Canaã*, Graça Aranha, Formação Territorial Brasileira

## **Abstract**

The social relations on the lenses of science can reveal themselves under different languages and perspectives. In this way, it is understood that the literary analysis allows exploring geographical aspects by transfiguring a social reality into an element of the literary structure, enabling the investigation itself, as well as the functions that the work exerted or exerts on materiality. In this way, the analysis of the work *Canaan* captures the dynamics and social processes that organized ideologies linked to the construction of a national project. The analysis of the geographic ideologies presents in the work *Canaã* (1902), aims to understand certain concepts and expressions related to geographic analysis – such as landscape, race and territory – in the composition of a discourse of Brazilian national identity built on the characters. In order to demonstrate elements that were thought to the time the geographic space and the construction of the nation. For this purpose, we use the concepts of geographic ideologies and world view. Through both we can draw an interpretation of the speeches of the characters, so that they identify and demonstrate particularities of the Brazilian territorial formation, while approaching the historical movements of the time, which demonstrate the articulation between space, subject and work.

Keywords: geographic ideologies, *Canaã*, Graça Aranha, Brazilian Territorial Formation.



## Resumen

Las relaciones sociales sobre las lentes de la ciencia, pueden revelarse bajo diferentes lenguajes y perspectivas. De esta forma, se entiende que el análisis literario permite explorar aspectos geográficos al transfigurar una realidad social en un elemento de la estructura literaria, posibilitando la investigación en sí, así como de las funciones que la obra ejerció o ejerce sobre la materialidad. De esta manera, el análisis de la obra *Canaán*, capta las dinámicas y procesos sociales que organizaron ideologías ligadas a la construcción de un proyecto nacional. El análisis de las ideologías geográficas presentes en la obra *Canaán* (1902), tiene como objetivo, comprender determinados conceptos y expresiones relativas al análisis geográfico – tales como paisaje, raza y territorio – en la composición de un discurso de identidad nacional brasileña construida en los personajes. De modo a demostrar elementos que se pensaban en la época el espacio geográfico y la construcción de la nación. Para ello, utilizamos los conceptos de ideologías geográficas y visión de mundo. A través de ambos podemos trazar una interpretación de los discursos de los personajes, de modo que, se identifican y demuestran particularidades de la formación territorial brasileña, mientras que nos acerca a los movimientos históricos de la época, que demuestran la manifestación de la articulación entre espacio, sujeto y obra.

Palabras clave: ideologías geográficas, *Canaã*, Graça Aranha, Formación Territorial Brasileña.

## Apresentação

Este trabalho é resultado de uma antiga ambição de quando estudava no ensino médio, de tentar unir o fascínio entre a ciência geográfica e literatura. Na universidade a preocupação começou a ser em como unir a geografia com os romances, e, além do mais, como aliar ambos na sala de aula?

A princípio, tinha esse anseio de aglutinar prazeres meus com a minha futura profissão. O objetivo inicial era este, de como aplicar em sala de aula não só a literatura como ferramenta auxiliar de leitura do espaço geográfico, mas de que com essa proposta pudesse despertar a curiosidade e o gozo pela leitura, tendo em vista os bons livros e escritores que o Brasil e a América Latina possui.

Com o decorrer da pesquisa observei que se continuasse com esse objetivo, iria encaminhar uma série de outras questões das quais eu não conseguiria analisá-las bem ou a faria de maneira equivocada. Então resolvi me debruçar sobre como que as representações espaciais são incorporadas em discursos que servem a apenas alguns, e, na maioria das vezes de modo a mascarar a realidade com a intenção de usurpar a riqueza do trabalho.

Além desses aspectos técnicos da trajetória da pesquisa, é necessário pontuar que por detrás dela, essa pesquisa é o reflexo do período em que o pobre, pode entrar na universidade. É relevante ressaltar esse aspecto, pois é imensurável o valor que se tem de estar em um ambiente que o era negado e continua sendo negado a ele.

Pois o filho de migrantes nordestinos, assim como o negro, o indígena, isto é, toda a classe dominada que é sub-dividida em outras porções marginalizadas. Essa classe também tem sim contribuições valiosas para a ciência, uma vez que são eles que vivem na pele a discriminação, que estão desmoronando com as chuvas e enchentes, que passam fome com a concentração de terra, que sobre(vivem) por um futuro melhor para seus filhos.

É para essa parcela do povo brasileiro que dedico esta pesquisa, apesar de ser uma breve contribuição, ela auxilia a demonstrar como as desigualdades persistentes atualmente não são oriundas do nada ou de um “destino” e de como são repletas de interesses que atendem a poucos.

## SUMÁRIO

Introdução.....	9
<b>Capítulo 1 - Literatura e função histórica.....</b>	<b>11</b>
1.1 Literatura e função histórica.....	12
1.2 Considerações acerca da obra <i>Canaã</i> .....	15
<b>Capítulo 2 – Mas afinal, o que é Ideologia?.....</b>	<b>21</b>
2.1 Breves considerações sobre Ideologia.....	22
<b>Capítulo 3 - Ideologias Geográficas.....</b>	<b>30</b>
3.1 Ideologias Geográficas: natureza e território no Brasil.....	31
<b>Capítulo 4 - As Ideologias Geográficas em <i>Canaã</i>.....</b>	<b>39</b>
4.1 Ideologias Geográficas em <i>Canaã</i> : o discurso do outro.....	40
<b>5. Considerações Finais.....</b>	<b>56</b>
6. Referências Bibliográficas.....	58

## Introdução

A análise literária mostra-se como um rico instrumento para a compreensão das relações sociais estabelecidas durante a construção de um período histórico ao qual queremos nos debruçar. É a partir da linguagem que ela se apresenta para verbalizar e materializar pensamentos e/ou ações que estavam em discussão no momento na qual ela foi escrita, ao transfigurar a realidade social em um componente literário.

A Geografia permite o estudo de como essas perspectivas se transformam em representações espaciais no imaginário social. A partir do conceito de ideologias geográficas possibilita-se verificar o teor da apropriação da cultura com vistas a orientação material do espaço geográfico seguindo determinadas interpretações, na maioria das vezes ligadas à interesses da classe dominante.

Através da obra *Canaã* lançada em sua primeira edição em 1902, por Graça Aranha, podemos traçar uma análise que mire apreender processos sociais que ordenaram ideologias ligadas à construção de um ideário nacional brasileiro. Essa busca é amparada por conceitos e expressões correlatas à espacialidade, seja relativas à paisagem, ao território, ou mesmo a raça, onde tais categorias são usadas na constituição de um discurso de identidade nacional por meio das personagens.

Para tal propósito, valemo-nos dos conceitos de ideologias geográficas e visão de mundo. Mediante ambos podemos pautar uma análise crítica dos discursos proferidos pelas personagens, ao qual se relacionam à elementos geográficos tendo em vista debates acerca da construção da nação no período republicano (1889-1930).

No primeiro capítulo, objetivamos tratar como a análise literária pode oferecer um belo arcabouço. Uma vez que permite identificar pensamentos vigorantes na época que foram materializados sob a visão de mundo do autor, esse aspecto contribue em relação às relações sociais e sua conjuntura de modo a fornecer um melhor contorno sobre o conteúdo do período histórico, além de um breve traçado sobre a narrativa de *Canaã*.

Em seu segundo capítulo trazemos algumas considerações sobre o conceito de ideologia. Ao passo de discorrer como que a conceituação tomou corpo e se transformou ao longo das discussões, o que é complementado pelo terceiro capítulo,

onde adentramos em como a ideologia amparada por aspectos espaciais e serve a construção da formação territorial brasileiro.

Por fim, no quarto capítulo, busca-se a identificação dos elementos espaciais que auxiliam no discurso da constituição de um ideário nacional republicano brasileiro dentro dos diálogos das personagens de *Canaã*.

Assim, o debate da edificação de ideologias geográficas por meio narrativa de *Canaã*, busca além da interpretação da construção desses discursos. Ao passo que para isso, a identificação de particularidades da formação territorial brasileira é de extrema importância para se entender os movimentos históricos do período em questão, visando a interação entre espaço, obra e sujeito.

# **Capítulo 1 - Literatura e função histórica**

## 1.1 Literatura e função histórica

As relações sociais sob as lentes da ciência, por esta tenta ser compreendida em suas diferentes perspectivas, que por sua vez, podem se revelar sob diferentes linguagens. É por exemplo, através da análise literária, que se permite explorar o modo que a realidade social pode ser transfigurada em um elemento da estrutura literária, de modo a possibilitar a investigação em si, bem como das funções que a obra exerceu ou exerce sobre a materialidade.

Para tal análise, é preciso cautela quanto à interpretação da obra, o uso de uma ficção em sua íntegra sem o devido cuidado em relacionar o contexto com a produção literária em si, perde, no que tange sobre uma interpretação dialética tendo em vista a totalidade na qual estão inseridas. O processo de análise da obra deve aglutinar as estruturas presentes no interior da trama somados aos aspectos externos, especificamente, o social não tomando este como significado ou causa, mas como elemento que se constitui dentro da estrutura, tornando-se assim também componente interno.

Como as palavras não são transparentes, estão carregadas de fortes expressões, podendo até mesmo se demonstrar adensadas ou opacas de valores de sua época de composição. Segundo Bosi (2003), esse fenômeno é parte da estrutura literária, justamente por considerarmos que o processo em que se deu a escrita foi tido em um ambiente “contemplado” pela luta de forças antagônicas e desiguais, revelando contradições que se manifestam nas palavras, descrições da paisagem e personagens, bem como na trama.

Na crítica literária a intimidade analisada na obra deve investigar os elementos que atuam na organização interna da pesquisa em questão. É por meio dessa estrutura interna que possibilita analisar não apenas as representações da sociedade, levando em conta aspectos reais que emergem na obra mas, sobretudo, apurar a função política do livro e do autor, demonstrando que o enredo da obra é fruto de um fenômeno social e coletivo influenciado por ideologias de resistência e/ou de uma classe dominante.

A análise literária perpassa pela influência da interação entre o meio social e obra. Para identificar as influências concretas dadas pelos aspectos socioculturais, a análise da escrita vista como forma e conteúdo de demonstração nos orientando

quanto à estrutura social, ideologias e valores da época, embora esta não se apresente de maneira precisa a respeito do peso e diversidade de cada um desses elementos. Cândido (2006, p. 31) aponta que por meio dessa análise tem-se uma perspectiva íntegra que permite um corte transversal nos “quatro momentos da produção, pois: a) o artista, sob o impulso de uma necessidade interior, orienta-o segundo os padrões da sua época, b) escolhe certos temas, c) usa certas formas e d) a síntese resultante age sobre o meio (...)”, de modo a trazer mais do que a existência do autor, mas a sua relação com espaço geográfico e obra.

Tal relação deve ser considerada durante a observação do coletivo nas obras, a fim de demonstrar como as forças sociais – e, por conseguinte, as ideologias – envolvem o autor em diferentes graus. Esse condicionamento, de acordo com Cândido (2006, p. 35), atua em “(...) primeiro lugar, determinando a ocasião da obra ser produzida; em segundo, julgando da necessidade dela ser produzida; em terceiro, se vai ou não se tornar um bem coletivo”, haja vista que a obra deve ser entendida como a convergência das condições sociais e da iniciativa do autor.

Através dessa confluência entre a atitude do autor em escrever somada as condições sociais da época, levam os críticos literários e pesquisadores de outras áreas a investigarem até que ponto é a função do artista e qual é a interferência de seu grupo social. Ao passo que as características do momento histórico nos faz pensar o discernimento sobre até que ponto há uma autonomia e criatividade na escrita da obra, trazendo à tona a reflexão de qual é a função social da literatura e, por consequência, também as temáticas as quais a obra aborda ou se relaciona.

Pensar acerca da função social da literatura é de extrema importância para se refletir a manutenção da luta de classes ou possibilidades de sua transgressão. Por meio de aspectos da estrutura presente em uma obra, Cândido (2006, p. 40) aponta certos elementos que reforçam um sistema de subserviência e desigualdade entre as classes sociais, onde a narrativa abriga ideologias e valores que se apresentam “em conteúdo e forma, discerníveis apenas logicamente, pois na realidade decorrem do impulso criador como unidade inseparável”, permeada de valores e ideologias como elementos essenciais para o conteúdo e desenvolvimento da trama.

A partir das formas e conteúdos expressos no livro, transgredidas de uma realidade, estas possibilitam o delineamento de normas e/ou padrões de uma determinada época da sociedade. Por vezes, esses parâmetros são colocados de maneira autoritária para o leitor, de modo que a sensibilidade acaba caracterizada



como reação sincera mas que, no entanto, revela uma concordância com as normas sociais. De acordo com Cândido (2006, p. 46), “mesmo quando pensamos ser nós mesmos, somos público, pertencemos a uma massa cujas reações obedecem a condicionantes do momento e do meio” e, a partir disso, vê-se a importância de se levar em conta aspectos históricos e geográficos na consideração de fatores sociais amplamente materializado nas artes, especialmente na literatura.

A experiência significativa da obra é múltipla e aberta no que se trata das relações sociais nas quais o autor confinou em forma de palavras e signos. Para Bosi (2003), compreender esses símbolos e a dinâmica dos seus valores, se faz por meio da análise onde se observa parte da realidade que foi ali contida consigo. Esta interpretação auxilia:

“(…) [na] *compreensão*, à medida que se debruça sobre o fenômeno simbólico, não se contenta com um discurso monolítico. Postula o princípio de que a forma verbal do signo é aparente, mas não transparente. E o símbolo ao mesmo tempo exprime e supõe, revela e oculta; explicita, mas traz implícito um processo subjetivo e histórico que o funda e o ultrapassa.” (BOSI, 2003, p. 475)

Mesmo que aspectos pessoais deem particularidade a composição, determinados elementos sociais presentes nela podem ajudar a compreender a formação da obra além de sua própria criação. Com isso, a narrativa assume uma função histórica e social dentro de sua estrutura literária, que está assentada sobre representações mentais, estas apropriadas pela sociedade na qual a obra foi escrita.

No caso brasileiro, tendências historicistas eram vistas através da literatura, como uma consequência dos fatores da época e do meio. Com o intuito de demonstrar características tidas nacionais colocadas como pautas que demonstram as particularidades do país, por meio de símbolos que se manifestaram nas obras literárias a partir da paisagem e da figura do indígena.

A literatura brasileira a partir de romances indigenistas passou a compor a busca de um mito nacional fundador ao retratar os primórdios do Brasil através da figura do indígena. O intuito da criação de uma identidade nacional pautada nos povos originários ou mesmo na natureza mascara o propósito de se manter uma estrutura social baseada no colonialismo.

Autores que buscavam esse ideário nacional, segundo Bowra *in* Cândido (2006, p. 183), criavam epopeias literárias quase forçadas a orientar uma ética, na

qual “Os seus heróis são exemplos do que o homem deve ser ou tipos de destino humano cujos próprios erros devem ser registrados e lembrados” Outro aspecto básico dessa procura se dava na visão de grandeza da natureza, esta a servir como um palco para o espetáculo de grandes conquistas, onde o indígena mostrado em um estado de pureza assumiria essa função de contraste com o europeu, de maneira a apurar os ideais do branco. Para Cândido (2006, p. 185), existem três fundamentos tidos como princípios estruturais “segundo os quais se ordenam as partes, os motivos, os episódios” por meio das tramas envolvendo temáticas e elementos como a colonização, a natureza e o aborígene.

Por fim, Cândido (2006, p. 199) demonstra a importância da metodologia para os estudos acerca da função social que a literatura permite, apontando que:

Do ponto de vista metodológico, podemos concluir que o estudo da função histórico-literária de uma obra só adquire pleno significado quando referido intimamente à sua estrutura, superando-se deste modo o hiato frequentemente aberto entre a investigação histórica e as orientações estéticas.

Ao partir dos pressupostos de análise colocados acima, entendemos que a literatura adquire uma função social além do entretenimento, mas também permite observar registros, posturas e valores da época na qual a obra fora escrita. Sendo assim, no próximo item abordaremos a estrutura presente na narrativa da obra *Canaã*, com o propósito de tecer breves observações de como a teoria literária e a sociologia trataram o romance.

## **1.2 Considerações acerca da obra *Canaã***

O romance *Canaã* lançado em 1902, por Graça Aranha, se encontra dentro de um conjunto de narrativas do período Pré-moderno. Sua principal virtude está em trazer discussões que emergem com o período político republicano brasileiro, tais como a imigração, o ideário nacional e as desigualdades são apenas alguns dos assuntos encontrados na obra.

Embora o livro tenha tido um bom número de vendas à época de seu lançamento, os estudos a seu respeito são escassos. As análises que alguns especialistas literários fizeram sobre a obra tratam de sua estrutura e das temáticas que são trazidas no enredo (BOSI, 1969; GARBUGLIO, 1966; PAES, 1992; SCHWARZ, 1965).

O romance tem como panorama a cidade de Porto Cachoeiro, localizada no Espírito Santo, para onde ruma o protagonista Milkau. O imigrante alemão quando chega ao Brasil visita alguns povoados até chegar a Porto Cachoeiro e assenta-se em uma colônia alemã. Com o desenvolvimento da trama, personagem principal e o narrador onisciente descrevem o declínio das fazendas e dos coronéis, assim como a situação deprimente dos escravos, demonstrando a constituição da metamorfose política, econômica e cultural que o Brasil passava.

A colônia é descrita como um lugar produtivo e organizado, diferente da situação vivida pelo país. Nesta colônia, Milkau encontra o jovem também alemão Lentz e a partir do encontro ambos movimentam um debate ideológico, no qual Milkau se coloca na defesa de uma sociedade baseada no amor, na humanidade, enquanto Lentz argumenta a exploração alemã sobre o mestiço, bem como, o estímulo econômico e cultural ligado às questões raciais sob a violência, como forma de dominação.

O posicionamento entre Milkau e Lentz é narrado em diálogos. Ao passo que o primeiro enxerga o Brasil enquanto uma nova civilização com liberdade e amor, à medida que Lentz vê o Brasil como um novo território a ser dominado por uma raça superior, a germânica, que se sobrepujaria sobre a mestiçagem brasileira.

As personagens defrontam-se com situações que caracterizam o cotidiano da vida nacional brasileira na época. Deparam-se com aspectos culturais e folclóricos que dão maior desenvoltura a história, esta que em diversas partes, se expressa sob a violência. Podemos citar episódios de sacrifícios de animais com vistas na purificação da terra para uma colheita mais produtiva ou situações que admitem um controle social das forças jurídicas sobre a pequena cidade, através da troca de favores entre as famílias na tentativa de manter o *status quo* ou alçar melhores posições sociais.

O acontecimento mais violento da trama é a fatalidade que ocorre com o filho de Maria, uma colona que teve seu filho devorado por porcos selvagens. Condenada sob a acusação de homicídio do próprio filho, ela passa a contar com a ajuda de

Milkau que se solidariza com o ocorrido e a trajetória de vida da personagem. No entanto, desolado com as utopias que criou sobre Porto Cachoeiro, Milkau e Maria fogem em busca da verdadeira terra prometida, *Canaã*.

A obra aborda questões como a formação territorial do atual Espírito Santo e as relações sociais que ali naquela porção se estabeleciam. Observa-se na narrativa a descrição de passagens que remetem a uma hierarquização social baseada na cor da pele, reflexos da escravidão que recentemente havia sido banida nos termos da lei, bem como a submissão de personagens femininas frente situações nas quais o masculino se impunha, além do cotidiano corrupto das figuras públicas que regiam a organização social do território em que se passa a trama.

Constata-se acima, nos exemplos das situações diárias da época, como essas relações são frutos de um processo histórico da formação territorial brasileira. Processo este orientado pela estrutura colonial (MORAES, 2000), onde a classe dominante estabelece a produção e a reprodução do espaço material em condições desiguais para manter a estrutura hierárquica colonial vigente, repercutindo principalmente na legitimação da violência.

Segundo Araújo BDR (2013), a narrativa estrutura-se pelo divagar filosófico de um futuro o qual sobrepujaria a solidariedade e a harmonia entre os homens, ao passo que as descrições na narrativa demonstram uma realidade desesperançada, onde se encontram exploração e desigualdade. Esse aspecto, no qual conteúdo e forma se apresentam de maneira opostas, aponta como o cenário incipiente da República e os seus panoramas sociais e econômicos assumem um papel importante no pensamento de Milkau. O protagonista apresenta um discurso utópico através de devaneios filosóficos de que os homens seriam iguais no universo, distorcendo ou mesmo escondendo o aspecto histórico-social da estrutura de *Canaã*.

A filosofia que Graça Aranha compõe durante a narrativa se desestrutura quando verificamos a contradição presente na realidade descrita pelo narrador e pela personagem principal. O descompasso entre o conteúdo filosófico de união e paz ao encontrar um território (*Canaã*) e a materialidade descrita no mesmo, demonstra como a estrutura literária incorpora uma representação ideológica, ou seja, a obra de certa maneira toma forma de como se compunha ou mesmo se pensava o alicerce social do país.

Araújo BDR (2013) aponta que os estudos que se propuseram a analisar *Canaã* não consideraram a relação entre a estrutura literária com a estrutura social, como pode-se observar no seguinte trecho:

“(...) a obliteração da realidade na narrativa demonstra ela mesma o empírico. Isto é, a linha de força teórica, que compõe o romance e desestabiliza a linha histórica, ocultando o elemento social, pode ser vista como uma *forma* de dramatização da situação nacional” (ARAÚJO BDR, 2013, p. 10)

Dessa forma, o romance *Canaã* surge no seu lançamento como um novo estilo a ser considerado na literatura nacional, pois apresenta temas como a imigração. As discussões acerca da afirmação de uma cultura brasileira fizeram da obra um *romance de ideias*, não tão somente pelo aspecto nacionalista, mas pelo engajamento crítico de problemas essencialmente brasileiros do contexto republicano.

*Canaã* se torna um marco na literatura brasileira pelo fato de organizar e apontar temáticas presentes à época no país. Onde a “(...) representação do aspecto social, bem como a dramatização das ideias sobre a nacionalidade são os pilares reconhecidos pela crítica e pela historiografia como consolidadores do valor histórico do romance na literatura brasileira” (ARAÚJO BDR, 2013, p. 14).

Com isso, teóricos literários analisam o romance sob duas perspectivas: a primeira na qual se considera *Canaã* como *ensaio sociológico* e a segunda relaciona a divergência entre aspectos ideológicos e sociais, colocando *Canaã* como um *romance de quadros*.

Através da interpretação sob o espectro da obra como um *ensaio sociológico*, Bosi in Araújo BDR (2013) compreende a obra por meio do discernimento da cultura e realidade brasileira. Mediante a temática da imigração alemã, a obra mostra os problemas brasileiros concomitantemente com o avanço de devaneios filosóficos acerca de um ideário nacional, sendo assim, a integração entre homem e universo acaba por criar personagens simbólicas que tomam o ser humano como síntese da natureza. Schwarz in Araújo BDR (2013) aponta a característica de tentar traduzir a sociedade dentro de um coletivo que domina a natureza como elemento do determinismo alemão, presente tanto na literatura quanto em trabalhos geográficos.

Logo, o confronto ideológico que Graça Aranha coloca sob seus personagens para pensar ou analisar o nacional repercute sem efeito, uma vez que o domínio da natureza ou mesmo o apontamento de que o amor, visto como elemento condutor da

harmonia entre os homens, definitivamente não transgride a sociedade de classes. Carlos Dante de Moraes *in* Araújo BDR (2013) demonstra que o texto por vezes acaba colocando os personagens como dogmas, onde as personagens se aproximam de ilustrações messiânicas, dispondo-se a explicar o *ethos* da sociedade, de maneira que há uma naturalização da desigualdade.

A segunda forma de análise em *Canaã* feita por críticos literários consiste na configuração de um romance de quadros. Esta perspectiva entende que a narrativa compreende aspectos ideológicos em paralelo com debates sociais, de modo que esse arranjo tem seu amálgama através da presença de um estado harmonioso entre eles. Sendo assim, o fio condutor representado por meio da harmonia universal caracterizada pelas personagens da narrativa compreenderia o debate ideológico e aspectos sociais levados em questão.

Com isso, Graça Aranha faz emergir a discussão no enredo e na literatura brasileira de um incipiente debate acerca dos “problemas” que estavam em voga no início da República. Questões como a raça e a imigração são elementos centrais na afirmação da soberania nacional. Além disso, diversos aspectos culturais e naturais também sustentam o pensamento acerca da identidade nacional.

Garbuglio *in* Araújo BDR (2013) contribui nos alertando sobre como a dimensão ideológica se confunde com elementos relacionados a emoção e aos sentidos. É a partir dessas sensações e quadros que há o descompasso entre as dimensões sociais e ideológicas, sendo que de um lado se explora os aspectos naturalistas, bem como a intencionalidade de se caracterizar a realidade do local, enquanto em coexistência trabalha-se a imagem de uma veemente reflexão do nacional brasileiro presente na obra por meio das personagens, das cenas e quadros.

Com isso, Araújo BDR (2013, p. 26) aponta que “o registro simbólico é visto como um ornamento entre as dimensões da narrativa”. A abordagem aqui apresentada se vale desse ornamento tratado pela autora como elemento de coesão que vai além da simples descrição dos aspectos naturais da trama, mas também ao uso ideológico dessas imagens, um combinado descompassado entre a dimensão realista e ideológica por meio de representações simbólicas. Como aponta Paes *in* Araújo BDR (2013, p. 26):

“(…) intromete-se, porém, à guisa de mediação, o registro simbólico, do pendor, sobretudo ornamental. Diferentemente dos dois outros

registros [exterioridade distópica e interioridade utópica], dá mais ênfase a ordem da homologia do que a ordem da lógica ou da causalidade. Daí que nele preponderam as conexões metafóricas, de dúplice função: de um lado, intensificar o poder de persuasão dos lances utópico-doutrinários; de outro estabelecer vínculos de correspondência substancial ou orgânica entre o ornamento e a substância ornada, entre o domínio do natural e do ideal.”

Paes *in* Araújo BDR (2013) ainda aponta que a mediação simbólica da representação da natureza nos devaneios de Milkau. Utopias das personagens que são doutrinadas pelo narrador onisciente fazem do protagonista e também de outras figuras no livro se assumirem como porta-vozes de posições ideológicas que estavam sendo pensadas no momento histórico que o livro fora escrito e lançado.

Sendo assim, a ideologia se apresenta neste livro como um instrumento de mistificação de ideias presentes no pensamento republicano, que possuía sua base representativa na exaltação da natureza e do território. Portanto, cabe a este trabalho uma discussão sobre o papel da ideologia e suas formas de propagação por meio da cultura, como será apresentado nos próximos capítulos.

# **Capítulo 2 – Mas afinal, o que é Ideologia?**



## 2.1 Breves considerações sobre Ideologia

A expressão *ideologia*, segundo Chauí (2008), surgiu após a Revolução Francesa (1789) a partir das discussões presentes no livro *Eléments d'Idéologie*, de Destutt de Tracy, em 1801. O médico e seus contemporâneos pretendiam criar bases para que se estabelecesse uma ciência que tratasse da gênese das ideias, considerando-as enquanto fenômenos naturais que permitissem explicar a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, e o meio ambiente.

O termo ideologia volta a ser colocado em discussão com afinco nas contribuições de Augusto Comte. Segundo Chauí (2008), Comte acentua ideologia não somente como o estudo sobre a formação das ideias a partir do relacionamento entre meio ambiente e corpo, mas sim como o amálgama de ideias da época, reunindo desde “opiniões gerais” como também construções teóricas de intelectuais.

Desse modo, Comte estabeleceu a metodologia positivista, onde a interpretação e análise da realidade constroem leis gerais de funcionamento da sociedade. Inaugurou-se a sociologia como uma “física social”, ao passo que as bases dessa ciência não considerariam a explicação da realidade por meio de ações divinas ou por princípios gerais e abstrações.

Com isso, a ideologia se tornou sinônimo de teoria, à medida que seu sentido foi sendo apropriado na organização metodológica dos mais variados conhecimentos científicos. A ideologia nesse contexto acaba por assumir uma postura de coordenação ou mesmo controle social. Segundo Chauí (2008, p. 32):

“(...) o conhecimento teórico tem como finalidade a previsão científica dos acontecimentos para fornecer à prática um conjunto de regras e de normas, graças às quais a ação possa dominar, manipular e controlar a realidade natural e social.

Durkheim também explora o termo ideologia. Segundo o autor, para que houvesse a consolidação de uma sociologia genuinamente científica torna-se necessário analisar os fatos sociais sem levar em conta a sua interioridade, isto é, livre de subjetividades. Apenas dessa forma seria possível atingir a neutralidade, separando sujeito e objeto. Logo, a ideologia para Durkheim seria “o conhecimento da sociedade que não respeita os critérios da objetividade” (CHAUÍ, 2008, p. 34).

No entanto, se tratando da concepção marxista de ideologia, observamos a não separação da produção de ideias e das condições históricas e sociais. Ao passo que para se interpretar ou analisar a realidade não se pode partir das ideias, mas sim do entendimento do cenário pelo qual a ideologia se relaciona de forma dialética com a história do ser humano.

Para se compreender o método histórico-dialético é preciso traçar alguns pontos anteriores de sua formação. Segundo Chauí (2008), Marx baseou suas críticas na dialética hegeliana e, através delas, estabeleceu o seu método alicerçado na dialética e nos fatos históricos, que posteriormente se materializam na realidade social.

Uma das contribuições para a dialética proveniente de Hegel é a compreensão da realidade através da Cultura. O autor entende que a Cultura consiste na representação que se cria nas relações entre os homens e a Natureza em suas variadas manifestações, seja pela linguagem, pelo trabalho, ou mesmo por instituições, como a relação do homem com o Estado, com a ciência ou com a religião. Em outras palavras, podemos afirmar que a Cultura está intrínseca nas relações homem e Natureza, sendo a todo instante produzida e reproduzida. Além disso, Hegel traz para o debate a definição do real pela Cultura, de modo que a Cultura se manifesta em diversas linguagens, internamente como fruto de um resultado de representações e externamente na relação que se materializa de alguma forma na sociedade.

Sendo assim, o conceito de história adota outros significados dos que eram tidos até então. De maneira que não se pensa a história tão somente como uma sucessão de fatos, mas ela própria possui um motor de força interna que cria acontecimentos, não fazendo parte da história, mas sendo a história; logo, a discussão acerca do tempo demonstra que ele não é um mero resultado de causas e efeitos, mas de um movimento dotado de força, capaz de gerar acontecimentos, movidos pela contradição, como nos mostra Chauí (2008, p. 43):

“A produção e a superação das contradições são o movimento da história. A produção e a separação das contradições revelam que o real se realiza como luta. Nesta luta, uma realidade é produzida já dividida, já fraturada num pólo positivo e num pólo que nega o primeiro, essa negação sendo a luta mortal dos contrários, que só termina quando os dois termos se negam inteiramente um ao outro e engendram uma síntese. Essa é uma realidade nova, nascida da luta

interna da realidade anterior. Mas essa síntese, ou realidade nova também surgirá fraturada e reabre a luta dos contraditórios, de sua negação recíproca e da criação de uma nova síntese que, por seu turno, já é, em si mesma, uma nova divisão interna (...).”

Segundo Chauí (2008), Hegel não entende a história como um retalho de fatos desordenados reunidos por um intelectual, mas sim como um movimento contraditório em si que possibilita sua análise e interpretação. Além de tomar a história como a história da Cultura (relações entre o ser humano e a Natureza), esta também se exterioriza nas diversas manifestações sociais, religiosas, políticas, artísticas, científicas, etc. Possui uma divisão de si mesma dada pela produção de contradições que uma vez superadas acabam por gerar novas sínteses, isto é, novas culturas.

Outro avanço consiste em tomar a história como reflexão. Para tal, admite-se que a consciência é alçar a volta sobre si. No entanto, para Hegel a reflexão que a consciência permite é apenas menor, pois uma reflexão perfeita somente é possível através do Espírito. Este tem como movimento “sair de si” e criar a Cultura e “retornar para si” levando em conta sua produção, fazendo com que seja tomada para si.

Hegel conceitua o termo alienação ao mostrar que há duas facetas no Espírito, a interior e a exterior. Estas geralmente aparecem separadas, entretanto, essa separação foi realizada pelo próprio espírito que se exterioriza nas obras e se interioriza de modo a compreender a sua provocação. Quando a interiorização não acontece, o sujeito não se reconhece enquanto ser histórico, com isso, entende a história e as obras como aspectos alheios a ele.

Por fim, a dialética hegeliana traça considerações acerca da diferenciação entre mediato e imediato, abstrato e concreto, ser e aparência. Imediato, abstrato e aparência condizem com o modo como a realidade se apresenta, dotada de feições próprias e dadas por nosso entendimento. Por outro lado, mediato, concreto e ser dizem respeito ao processo de construção de uma realidade através de movimentos contraditórios. Assim, para se conhecer de fato uma realidade é preciso que vejamos como que ela aparece e diferenciar do modo como que ela é produzida.

Segundo Chauí (2008), Marx ao basear-se na dialética hegeliana para estabelecer o materialismo histórico-dialético conservou alguns dos conceitos apresentados por Hegel. Entre eles, podemos destacar a própria dialética, admitindo sua dinâmica de produção da realidade que tem como força motriz a contradição.

No entanto, Marx aponta que essa contradição é determinada pela oposição entre condições históricas e sociais, se opondo a concepção de contradição vista no âmbito da luta do Espírito consigo mesmo, como Hegel propunha. Dessa forma, a história é encarada por Marx por meio das relações de produção e reprodução dos sujeitos sociais - seja por meio do consumo direto dos bens naturais ou pela procriação -, bem como pela sua produção e reprodução em relação com a natureza através do trabalho, gerando uma divisão social do trabalho que se manifesta pelas relações sociais.

Outro ponto que Marx também conserva são as diferenças entre abstrato e concreto, imediato e mediato, aparência e ser. Ao passo que o método materialista histórico-dialético parte da dimensão abstrata percorrendo o processo real e contraditório, visando atingir o concreto, este repleto de mediações e complexidades que *a priori* não eram vistas ou passíveis de serem interpretadas na etapa abstrata. Isto é, demonstra-se o processo pelo qual o “*aparecer social (...)* [se configura] pelas mediações reais, ao *ser social*” (CHAUÍ, 2008, p. 51).

As análises de Marx colocam importantes considerações acerca das conceituações de mercadoria e valor. Enquanto o valor de uso é intrínseco as condições do mercado, o valor de troca assume sua forma quando se leva em conta à quantidade de tempo de trabalho dispendida para sua produção. Esse tempo não é apenas aquele gasto em sua produção, mas também o tempo de trabalho necessário para produzir maquinários, bem como para extração e transporte de matéria-prima, entre outros processos. Com isso, surge a mercadoria que concentra todo o trabalho social embutido na cadeia produtiva.

É através do valor de troca que se estabelece o equivalente das relações comerciais, uma vez que o preço da mercadoria é apenas aparência, pois o verdadeiro valor que aquela mercadoria possui é oriundo do tempo de trabalho durante a sua produção. Esse tempo de trabalho não pago aos trabalhadores é revertido para capital ao burguês, ou seja, a usurpação da mais-valia (tempo de trabalho não-pago) do proletário pelos donos dos meios de produção. Vê-se que a mercadoria ao aparentar ser uma coisa, um simples produto, na verdade é fruto do tempo de trabalho que não é pago aos proletários. Dessa maneira, a mercadoria enquanto coisa, acaba por ocultar todo um processo de exploração econômica sobre o trabalhador.

Marx também adota de Hegel a concepção de que a realidade é histórica e, por sua vez, reflexiva. A realidade é resultado de variados movimentos de contradições

da existência social dos indivíduos que, voltados a si mesmos, podem orientar a transformação dessa existência social.

A materialidade tratada por Marx diz respeito a matéria social, sendo fruto das relações sociais em determinado modo de pensamento e ação, onde no qual os homens em determinadas condições produzem e reproduzem determinada maneira de organização enquanto sociedade. No modo de produção capitalista essa organização institui classes sociais que resultam na divisão social do trabalho, ou seja, na divisão entre detentores dos meios de produção e não detentores. Consequentemente, tal organização reproduz e legitima instituições sociais e políticas segmentárias e excludentes, mascarando a essência real das relações sociais no modo capitalista de produção.

O conceito de alienação também é tratado por Marx de forma semelhante a Hegel. Sendo assim, o trabalho se torna alienado conforme o trabalhador não se reconhece no seu produto, ou seja, as circunstâncias, as finalidades e os valores desse trabalho não dependem do trabalhador, mas sim do dono dos meios de produção.

A separação entre proletário e produto, a qual se estabelece uma relação de ameaça e dominação, segundo Marx *in* Chauí (2008), se caracteriza na mercadoria como fetiche. Nesse sentido, a mercadoria possui o aspecto de existir em si e para si, de modo que ela não existe para satisfazer alguma necessidade (um valor de uso), mas para que ocorra uma inversão entre coisas e pessoas, pois a mercadoria assume poder sobre seus adoradores, enquanto estes são fadados à miséria, retroalimentando o capitalismo.

Essa realidade só é conservada pois a ideologia age sobre as relações sociais, induzindo a submissão da condição humana. Ao tentar fazer-nos crer que a exploração do trabalhador, a divisão em classes sociais e a dominação de uns por outros nos pareça algo aparentemente normal, racional ou mesmo aceitável.

Para Marx e Engels *in* Chauí (2008), a ideologia emerge no momento em que ocorre a divisão social do trabalho. Através do trabalho as condições de existência, que determinam e são determinadas pelas diferentes classes sociais, vão estabelecendo um conjunto de forças produtivas.

Com a instituição da divisão social do trabalho, implica-se também diferentes contornos de propriedade. Historicamente, as propriedades se delineam em desiguais

instrumentos, condições e relações de trabalho, desencadeado pela apropriação desigual dos meios de trabalho.

A primeira forma de propriedade que podemos citar é a tribal, alicerçada em uma estrutura social patriarcal da grande família e hierarquizada por deveres, funções e poderes. Enquanto a segunda forma de propriedade existente é a estatal ou comunal, que é o exemplo de propriedade privada coletiva que havia na Grécia e Roma, onde quem tinha o direito a usufruir dessas propriedades eram os cidadãos livres, ao passo que os escravizados eram obrigados a cultivá-las para os homens livres da *polis*. Observa-se que nessa segunda forma, há bem estabelecido a divisão social do trabalho. Onde os cidadãos genuínos das Cidades-Estados ocupavam cargos políticos ou passavam a vida como pensadores, fato este que só era possível graças a escravização de outros povos. Como consequência, também se originou a divisão entre cidade e campo, agravando ainda mais a desigualdade e a tensão social. A terceira forma de propriedade é a estamental ou feudal caracterizada como propriedade privada territorial de um senhor que tem a seu serviço servos. Fazem parte desse período histórico também os artesãos livres, que na estrutura social eram incumbidos de produzir os instrumentos de trabalho dos feudos, e a existência da figura do comerciante.

As mudanças desta estrutura social, isto é, das mudanças na forma de propriedade e da divisão do trabalho, dão gênese a propriedade privada capitalista. Nesse momento, a divisão social do trabalho apresenta seu clímax, pois a sociedade divide-se em detentores dos meios de produção e de vendedores da força de trabalho.

No entanto, a divisão social do trabalho só se torna plena quando trabalho espiritual e material se separam. A consciência em sua forma social, ou seja, enquanto produção e reprodução de relações sociais, manifesta-se como alienação que, por sua vez, dá cabo a ideologia. As ideias acabam sendo tomadas como anterior a práxis da realidade, emergindo como transcendente e estranho a concretude, entretanto, orientam a ação material dos seres humanos.

Por meio da divisão social do trabalho foi possível criar a consciência alienada revestida de ideologia. Sendo assim, dá-se a impressão de que as ideias estão em contradição com o mundo social e com as relações sociais. No entanto, as verdadeiras contradições reais estão ocultas – contradição entre as relações sociais e as relações de produção capitalista. Portanto, é dessa forma que a ideologia atua mascarando as contradições reais do modo de produção capitalista.

Segundo Engels e Marx *in* Chauí (2008), a partir de três premissas da história - força de produção, relações sociais e consciência - faz-se interiorizar, principalmente na consciência, a visão da desigualdade como um fato natural. Nesse sentido, os conflitos entre proprietários e despossuídos aparecem na consciência dos indivíduos sociais sob a ótica de tensões entre o interesse comum e o particular, traduzindo, na realidade, a luta de classes.

É justamente na confusão entre o suposto interesse coletivo e o interesse particular que surge a existência do Estado. Entende-se que o Estado deva ser baseado no interesse coletivo, pois emerge como uma forma autonômica de uma quimera em comunidade, mas, de fato, esconde a verdadeira realidade proporcionada pela divisão social do trabalho. Também aflora com o nascimento do Estado o poder social, a força produtiva unificada e multiplicada, porém mesmo erguendo-se da coletividade dos sujeitos na divisão do trabalho, acaba sendo vista como uma força alheia pelos trabalhadores.

Da divisão do trabalho intelectual e material também emerge a suposição de uma autonomia das ideias. Essas são embutidas no Estado sob a forma disciplinadora e dominadora que, de maneira anônima e impessoal, faz-se valer através das leis ou do Direito Civil. Graças a estes aspectos, o Estado aparenta ser isento de quaisquer intencionalidades. Entretanto, as leis acabam por condicionar os sujeitos, subordinando-os às relações de exploração, ao mesmo tempo que tenta se mostrar imparcial. De fato, a legislação esconde as suas contradições, sobretudo, suas origens dadas nas divisões sociais.

A ideologia caracteriza-se como um processo subjetivo, porém involuntário, que resulta das condições objetivas da existência social dos indivíduos. De modo que os sujeitos não percebem a realidade da sua classe social, o que acaba se transformando em coisa pela atividade dos indivíduos que a constitui. Como também é oriunda da atividade dos seus membros, eles passam a caracterizá-la como uma representação (de classe) que passa a ser individual e se transformando em parte, pois é vista como algo natural e isenta da compreensão de que sua constituição é histórica.

A alienação e a ideologia estão qualificadas dentro de um processo social. Não se tratam de um lapso da consciência, mas sim de um resultado da ação social dos seres humanos. Seu principal aspecto é a divisão do trabalho que separa os indivíduos materialmente, de maneira que sem a possibilidade de obter o controle, acabam dominados por ela, como pode ser observado no trecho abaixo:

O poder da ideologia dominante é indubitavelmente enorme, não só pelo esmagador poder material e por um equivalente arsenal político-cultural à disposição das classes dominante, mas, sim, porque esse poder ideológico só pode prevalecer graças à posição de supremacia da mistificação, através da qual os receptores potenciais possam ser induzidos a endossar, 'consensualmente', valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversos a seus interesses vitais. A esse respeito, a posição das ideologias conflitantes é decididamente assimétrica. As ideologias críticas, que procuram negar a ordem estabelecida, não podem sequer mistificar seus adversários, pela simples razão de não terem nada a oferecer – nem mesmo subornos ou recompensas pela aceitação - àqueles já bem estabelecidos em suas posições de comando, conscientes de seus interesses imediatos palpáveis. Portanto, o poder de mistificação sobre o adversário é privilégio exclusivo da ideologia dominante. (MÉSZÁROS, 1993)

Os intelectuais têm uma intensa influência sobre a ideologia burguesa. Assim, esta se afirma por meio da produção e propagação de ideias tais como aquelas relacionadas com o ideário de que o trabalhador possui talentos desiguais ou que todos têm o mesmo direito perante a lei e o Estado ou mesmo que todos possuem as mesmas oportunidades de trabalho e que um dia todos terão chances de melhorar suas vidas e de suas famílias; ocultando a estrutura social baseada na reprodução da desigualdade pela qual o modo de produção capitalista se organiza.

A ideologia, através da mistificação do trabalho, também atua na alienação do território. Soma-se a isso, o potencial disseminador de ideias e discursos presente na cultura, que pode se configurar como um propagador de ideologias com base em representações geográficas. É esta relação entre ideologia e espaço geográfico que buscamos aprofundar no próximo capítulo.



# **Capítulo 3 - Ideologías Geográficas**

### 3.1 Ideologias Geográficas: natureza e território no Brasil

Para compreender o conceito de ideologias geográficas é necessário ter consciência de que as formas espaciais são frutos de relações sociais e históricas. Dessa forma, as categorias de análise geográficas acabam por manifestar a historicidade das variantes das quais a deram origem, tendo em seu conteúdo características particulares da história e que ainda atuam no presente.

Juntamente a produção do espaço material e social há o afixamento do trabalho ao solo. Esse processo de agregação do trabalho à terra passa pelas mais variadas representações criadas acerca do espaço. Com isso, essas representações geográficas também são alicerçadas e edificadas através das relações sociais, na qual a cultura também é expressa, nos indicando a consciência presente sobre ideias e ações de um determinado período no espaço geográfico.

Ao entendermos o pensamento geográfico enquanto um aglomerado de discursos que tratam do espaço, tem-se que o pensamento geográfico “dá nome” as relações sociais de um lugar, logo, o pensamento geográfico pode abarcar inúmeros significados históricos, fontes e o raciocínio de outras disciplinas, em diferentes contextos e nas mais diversas linguagens e representações na sociedade.

Segundo Moraes (2005), o espaço geográfico é consciente e pode ser observado de três maneiras. O primeiro ponto é o horizonte geográfico, que corresponde de fato ao espaço que é vivido, do cotidiano. O segundo diz respeito ao pensamento geográfico, o qual se caracteriza pelos discursos manifestados nas mais diferentes linguagens, que inclusive fazem uso do geográfico em parte da sua construção. E, por fim, as ideologias geográficas que dizem respeito a direcionamentos políticos na produção e reprodução do espaço, por conseguinte orientando as relações sociais existentes.

Com isso, Moraes (2005) coloca que o estudo da história do pensamento geográfico transborda a ciência geográfica. É possível encontrar temáticas da própria geografia em outras disciplinas, bem como analisá-las em outros moldes de representações que se somada ao esforço de tomar a interpretação das ideologias geográficas, torna-se passível da perspectiva política em questão.

Essas representações sociais podem por um lado serem tomadas como “a ilusão da autonomia do pensamento” (MORAES, 1988, p. 39), mas podem ser vistas também enquanto “visão de mundo”. Isto é, por meio da assunção de valor simbólico

que é produzido e reproduzido, incentiva-se a prática social na construção de representações de espaços e suas políticas, a fim de legitimar e convencer que as contradições da realidade são algo natural.

Essa forma de análise que tem como objeto a formação histórica brasileira revela, segundo Moraes (2005, p. 17), uma maneira de se entender o Brasil. O autor esclarece que:

“(...) as determinações geográficas de sua formação, entendendo a geografia como materialidade e como representação. Estou convencido de que a dimensão espacial recorta uma dimensão básica de nossa história, e que a geografia tem grande centralidade explicativa nesse contexto. Busco, assim, articular a consciência do espaço, as ideologias geográficas, as políticas territoriais e o espaço produzido, numa circularidade recorrente (...)”

O trecho acima nos mostra que a geografia se demonstra enquanto ciência crítica eficiente quando é aliada a reflexão histórica. Uma vez que os discursos geográficos variam conforme lugar e época, estes vem representados e materializados com em uma variedade de estilos conforme a cultura e a época, que se manifesta através da tradição oral, literatura ou mesmo mitos.

A geografia enquanto ciência social tem como propósito analisar a produção espacial. Ou seja, como se deu a apropriação do espaço natural e da constituição do espaço das diferentes sociedades durante a história; a partir dessas novas relações que se originam na transformação da natureza, são atribuídas novas qualidades ao espaço, em um processo de constante renovação concomitante com a reapropriação dessa realidade já transformada.

Tendo em vista a realidade como um movimento incessante, no qual os fatos históricos podem ser analisados como um contínuo processo, cabe à ciência geográfica identificar seu sentido científico, a ponto de desmistificar os discursos em meio às mesclas de concretudes e relações sociais, de modo a buscar particularidade, mas sem deixar de levar em conta a universalidade.

O discurso geográfico do nacional foi usado como mote para a constituição e manutenção do território dos Estados Nacionais, tal como é observada na formação territorial brasileira. Segundo Moraes (2005), a análise dos discursos geográficos no Brasil é complexa devido ao emaranhado de cobiças nacionais e coloniais que se

manifestam nos textos, associando reflexões que levam em conta o território e consigo a interpretação geográfica.

O movimento de produção e reprodução de ideologias geográficas necessita de uma análise minuciosa das relações entre política e cultura. As ideologias geográficas fazem circular complexos discursos sobre determinações espaciais como, por exemplo, as “vocações” de algumas regiões; discursos que afirmam questões sociais como se fossem características do espaço, de modo a legitimar os “dons” espaciais, além de fazer parte das normas que remetem a organização material do espaço nas diversas escalas.

Para Moraes (2005), estudar a constituição histórica e espacial do território nos faz ter uma dimensão da soma entre Estado e território no Brasil. A construção política do Estado territorial remete a um recorte espacial dentro de um recorte temporal, na qual a relação de dominação da superfície é poder do Estado. No entanto, a consolidação de ambos apenas se dá à medida que através de um processo histórico desenvolvem-se relações políticas, econômicas, jurídicas e culturais, ao passo que estas promovem dinâmicas e processos sociais que organizaram o espaço, as materialidades, ou seja, atribui-se a espacialidade como fundamento particularizador dos fatos históricos.

Com isso, há uso da forma estatal-nacional de dominação social para legitimar a soberania territorial brasileira. A maneira que a economia-mundo traz essa nova forma de organização do espaço, há a consolidação do Estado Moderno e a centralização do poder na periferia.

O território surge assim como um domínio estatal. Dessa forma, a soberania proporciona uma noção de desenvolvimento e organização espacial que também reverbera como esperança de consolidação política de identidades coletivas baseadas nessa afirmação política do território.

As revoluções burguesas trazem essa nova forma de legitimação do domínio territorial. Principalmente, através das ideias de Rousseau, sobre o conceito de soberania popular, onde consiste que todo o poder emana do povo. Contudo, a constituição de uma nação exige a construção de um complexo conjunto de relações sociais e culturais através dos séculos. No Brasil, esse processo tenta ser catalisado por meio do território, forçando a “instituição” de uma nação com vistas na legitimação do Estado.

A implantação do Estado republicano brasileiro, tendo seu respaldo principalmente no território, constituiu-se como unidade central para a construção de um imaginário nacional. Por sua vez, este tenta se consolidar para garantir as identidades nacionais. Daí surgem preocupações com o território e a sua unidade, justamente para controle dos espaços de modo a demarcar a exclusão e favores políticos.

A história do território e o seu contato com o nacionalismo manifesta-se na noção de pátria, pois o povo acaba sendo resultado de uma projeção do território, ou seja, visto como a materialidade da nação. Nesse sentido, o território vai desempenhar funções de localizar a nação no espaço terrestre, de amalgamar os interesses por meio de litígios territoriais ou mesmo sob a ameaça da soberania do Estado, ou então, como componente mistificador, com vistas à fetichização do território, seja por discursos históricos imemoriais ou ideologias geográficas.

A materialidade acaba por dar suporte as representações, sendo elas através de mapas ou mesmo de romances e suas personagens, entre outras formas de linguagem. Isto é, o território assume-se enquanto materialidade resultante de processos culturais, políticos e econômicos, mas também como imaginário decorrente de processos culturais, efetuando características simbólicas à espacialidade com vistas a manutenção de si mesma e da estrutura de exploração capitalista.

Logo, o território constitui-se da combinação de elementos políticos, econômicos e militares. No entanto, o componente espacial tem uma especificidade no caso da formação territorial brasileira, pois há uma identidade social amparada no espaço.

A conquista do território através da colonização se deu como um processo de internalização do Estado metropolitano português. Ao contrário do que se pensa sobre a posição antagônica entre Colônia e Metrópole, na verdade, as duas acabam se completando, onde o agente externo tem atuação na composição interna daquele lugar.

Cria-se então um novo alicerce social nas terras anexadas, de modo que essa nova estrutura articula-se com os interesses de quem dirige a expansão. Com isto a necessidade do uso da força é um elemento primordial no processo de colonização orientado pelo Estado que, por sua vez, vale-se desses mecanismos para intensificar o controle das fronteiras, na presença efetiva de instrumentos institucionais, seja de ordem administrativa, jurídica ou militar.

Em momentos em que o controle militar foge da esfera estatal, este acaba sendo incorporado por agentes privados, estabelecendo a formação e consolidação de estruturas senhoriais regionais. No entanto, até mesmo os grandes senhores tendem a um alinhamento com o Estado, principalmente por meio de cooptação, quando os aparelhos de Estado chegam ao local.

A colonização no Brasil se estabelece primeiramente como relação entre sociedade e espaço. Ao passo que a sociedade se expande para novos locais, tal movimentação cria um contexto, no qual os habitantes naturais do lugar são concebidos como qualidade espacial, uma “eventualidade” local.

Para Moraes (2005), é a partir dessa lógica que dá-se início a valorização capitalista do espaço. Onde, primeiramente, ocorre a apropriação dos meios naturais que, posteriormente, transformados em uma segunda natureza, são novamente apropriados, de modo a originar a produção de formas espaciais, e esta última é reapropriada sob o movimento da sociedade sobre o espaço.

Dessa maneira, as regiões coloniais mais dinâmicas foram se estabelecendo como bases iniciais para a construção dos Estados a partir das colônias, assim como os capitais locais acumulados realizaram um papel fundamental nos movimentos de emancipação políticas que foram efetivados.

O território visto como construção histórica, admite-se como um espaço compreendido pela influência política. Logo, a fronteira assume-se igualmente enquanto construção política e ideológica, ao passo que orienta não apenas a conquista, mas também a legitimação dos objetivos são assimiladas pelos atores sociais implicados nesse processo.

Ainda assim, há a necessidade que os moradores interiorizem o sentimento de pertencimento desse conjunto de interesses, apropriem-se deles e reproduzam a identidade nacional. A constituição da sociedade brasileira opera estes processos, entretanto, a mesma assinalada pela ampla desigualdade resultada do processo histórico de colonização tolhe a caracterização do nacional na composição de um povo brasileiro, por mais que aglomerasse um número significativo de população como contratantes de um pacto social que tentasse amparar a legitimidade de poder pelo Estado.

Um dos impedimentos é a marca da escravidão, que segregou a população e estruturou a sociedade em um pacto colonial que teve e tem como reflexos a institucionalização da violência sobre os negros. Ao passo que, nesse contexto, é

impossível que haja a consolidação do todo demográfico enquanto povo, uma vez que as pessoas escravizadas não se apresentam enquanto sujeitos ativos, mas como mercadoria, onde sua vontade é tida como ilegítima e subordinada a mecanismos ideológicos de convencimento da lógica estabelecida.

É nesse contexto que o compadrio vem à tona, sendo a principal manifestação da exclusão. À medida que agrega trabalhadores livres e proprietários dentro de interesses dentro dessa projeção de povo, não contempla a todos (por exemplo, escravizados e mulheres), o que acaba não construindo de fato uma unidade nacional, é então através do compadrio que se intensificam redes de clientelismo, que se retroalimentam de favores ou obrigações pessoais, e por sua vez resultam na composição do mosaico social brasileiro.

Tendo em vista este contexto, o reconhecimento do Estado procura teorias ou ideias que possam justificar a realidade existente. Assim, emergem formulações que visam justificar no racismo a lógica dominante, bem como o determinismo geográfico que se apresenta talhando um condicionamento natural na formação de povos e Estados.

A construção de Estados periféricos, como o Brasil, concebe-se à base dessas heranças coloniais. Estas, presentes seja na sua estrutura administrativa, no sistema de produção ou até no raciocínio dos agentes que comandam esses processos, no entanto, ao tentar romper esses vínculos coloniais, esses operadores encontram-se apenas com o território e um projeto de Estado nacional republicano, e, sem um pacto social estabelecido.

Logo, Moraes (2005, p. 86) aponta que:

“Ao conceber a conquista como um atributo do tipo social fundante da nacionalidade, pode-se tirar a questão territorial do centro da argumentação que vai construir a historiografia nacional. E a história oficial ‘brasileira’ não vai ser contada numa ótica geopolítica, a ocupação do território sendo tematizada apenas por motivações econômicas ou políticas.”

Dessa forma, o projeto de nação republicano busca novas formulações teóricas para se estabelecer. Tem-se então, a procura de elementos que sejam passíveis de assumir a “vaga” do território enquanto unidade e símbolo de povo/pátria, como por exemplo a raça, a língua, entre outros.

Mesmo com a emancipação política os aspectos coloniais continuam atuantes na nova ordem política, ou seja, ainda se perdura a envergadura social e econômica oriunda do período colonial. Observa-se isto, por exemplo, com a conservação da escravização no Brasil como aspecto básico de produção, sendo essa relação social de produção a principal unidade de coesão e seguimento da vida econômica e social da República.

Somado a isto, a condição de formação territorial brasileira é escorada na conquista dos fundos territoriais. Isto é, o desenvolvimento da nação brasileira de certa maneira ainda busca na conquista espacial o seu principal mote para consolidar-se<sup>1</sup>.

É sob este discurso que do domínio dos fundos territoriais e do escravismo enquanto elemento aglutinador das elites regionalizadas, que se observa também a coesão de inúmeros interesses regionais frente a perspectiva de expansão do território. Têm-se assim, o começo da concepção que identifica o Brasil com o seu território e não com a sua sociedade, ou seja, o Brasil não é idealizado como povo, mas sim, enquanto um pedaço na crosta terrestre que não possui laços identitários com uma unidade nacional brasileira.

Tal visão origina-se do pacto oligárquico acordado entre as elites regionais das bases políticas no Brasil. O controle do trabalho e da terra estabelece as formas de edificação de tal pacto, onde, por meio de uma noção geopolítica, o fato de se construir um país é a máxima ideológica que direciona um projeto nacional, que permeia variados contextos, agentes políticos e conjunturas, e, configura como propósito do Império Brasileiro, mas, é ainda mantido pelo Proclamação da República (1889).

A eficiência dessa ideologia geográfica é atribuída pela junção de valores importantes a manutenção das elites, onde a integridade do território nacional é tida como legitimador das ações do Estado. Este como representação de um projeto nacional moldado pelas elites regionais, assim a construção de um Estado Nacional brasileiro é colocado como uma obra de interesse coletivo de todos, mas que, entretanto, sucede aos planos de elites locais ou regionais.

---

<sup>1</sup> A busca de um projeto de unidade nacional ao longo da formação territorial brasileira, sempre teve como elemento principal a conquista do território, ao passo que este garantiria à consolidação de um povo brasileiro, atribuindo a diversidade e as qualidades do espaço também a nação brasileira. Este discurso foi utilizado sempre em momentos de fragilidade e tensão política para legitimar posições e a violência contra quem fosse contrário aos processos, exemplos são vários, como: a Independência do Brasil (1822), a Proclamação da República (1889), a “Revolução” de 30 (1930), o Golpe Militar (1964) e o Golpe Parlamentar (2016).



Inclusive tal ideologia, serve além de componente de articulação nacional e consequentemente de identidade, também é utilizado para se legitimar as ações do Estado. Ao passo que lhe é cabido o controle desse projeto, e que na maioria das vezes pela dimensão do mesmo, o Estado se vale do uso da violência, sob o discurso de defensor da soberania e de edificador da identidade<sup>2</sup>, ao qual é encarado como povoamento do país; o Estado se alinha aos poderes da elite e coloca a população como subordinada ao projeto identitário nacional, ou seja, uma mera ferramenta, para a construção do país.

Assim, observa-se a relevância da análise das representações. Onde na busca interna dos interesses nos sujeitos que produzem o espaço e suas normas, oriundas do trabalho, as formas espaciais acabam revelando-se como signos da cultura e de uma época, orientadas pelo individualismo da classe dominante sob aspectos econômicos realçando e reforçando o controle social.

---

<sup>2</sup> Moraes (2005, p. 94) indica que o Estado, nesse contexto sob “(...) qualquer contestação popular poderia ser qualificada como separatista e antinacional, pelo fato de que põe em perigo uma obra política (...)” de construção da identidade nacional brasileira.

**Capítulo 4 - As  
Ideologias  
Geográficas em  
*Canaã***

#### **4.1 Ideologias Geográficas em *Canaã*: o discurso do outro**

Tendo em vista o processo colonizador português no Brasil, observa-se a presença de representações documentadas em registros variados. Sob a forma escrita, essas representações apresentam como “cenário” ou moldura as relações de trabalho sob o espaço geográfico, por meio da literatura pode-se analisar os diferentes ângulos da realidade social da época, permeando assuntos como a miséria, exclusão social, espoliação, resultando em um panorama das relações de classe num determinado momento histórico.

A partir da ideia de que um estado nacional é constituído por fundamentos materiais e imateriais. O fato de se vincular a abstração, o território, como parte da porção geográfica, resulta no caso do Brasil uma dominação sob o aspecto de regulação e controle de toda a sociedade.

Além da materialidade, o Estado Nacional se constrói no espectro imaterial. Esse elo geralmente identificado na relação da população com o seu território, se manifesta através de elementos de identidade como a língua, a formação territorial e por consequente histórica do país, através de um caldo cultural construído por meio das relações sociais que se estabelecem no decorrer da história.

Com isso, a constituição de um Estado Nacional edifica-se na construção de uma identidade. No caso brasileiro, esse ideário nacional vai percorrer caminhos ora mais estreitos as características culturais, ora a aspectos relacionados a exaltação da natureza tropical.

Esse ideário vem em geral amparado por interesses e ações que se tornam contraditórias, se observado de maneira dialética. Ao passo que os discursos destoam, ou melhor, são distorcidos e apropriados com o intuito de alimentar conflitos entre as classes, com o objetivo de não só legitimar, como controlar, oprimir e ordenar ações de interesses privados, no entanto, aplicados pela força do Estado.

A história da formação espacial brasileira demonstra como o imaginário relativo à sociedade ou a natureza, acaba sendo colocado como a junção dos aspectos imateriais e materiais. Essa tentativa de união na investida da consolidação de uma unidade nacional baseada no espaço geográfico e na história percebe-se uma

determinada orientação de um sentido no processo ao qual há uma preocupação na renovação do mito fundador brasileiro (HOLANDA, 1948; IANNI, 2004 in ARAÚJO GCC, 2013).

É por meio da discussão desses símbolos e representações de ícones nacionais presentes, no caso o romance *Canaã*, podemos demonstrar formas e influências do imaginário nacional brasileiro na obra que está compreendida no momento histórico republicano.

O indivíduo social é considerado enquanto tal, pela capacidade de criar a própria história relacionando-se com os seus semelhantes e o meio no qual vive. O cotejamento entre ser humano e meio resulta-se em atribuições de sentidos, essas significações por sua vez, são possibilitadas pela interação entre sujeito e objeto, dualidade esta qualificada pela dialética.

Pode-se verificar essa comunicação entre sociedade, autor e obra através da análise do discurso. Segundo Foucault in Araújo GCC (2013) o discurso pode ser entendido como exteriorização do pensar de uma sociedade ou de um momento histórico específico, bem como as práticas, culturas, instituições e as relações sociais, ou seja, o discurso pode ser tomado como uma identificação que engloba aspectos não só imateriais como também materiais.

Segundo Goldmann (1979, p. 8), “(...) uma ideia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento.”, o escritor através de suas personagens reflete traços da visão de mundo do autor, seu grupo e classe social, em um intenso entrelaçamento de consciência e comportamento, no intuito de contribuir na análise das expressões imediatas do pensamento do indivíduo, pela existência de uma realidade, que a partir do individual se exterioriza.

Com isso Goldmann (1979, p. 22) aponta que:

“(...) toda grande obra literária ou artística é expressão de uma visão de mundo, um fenômeno de consciência coletiva que alcança seu máximo de clareza conceitual ou sensível na consciência do pensador ou do poeta.”

Além disso, o conceito de visões de mundo (GOLDMANN, 1979, p. 23) é considerado por ele como ação psíquica da relação entre determinados grupos e os

meio natural e social. A partir dessa definição, Goldmann propõe que por meio dela se estude os efeitos materiais que levam a tal, assim se mostra a importância da análise da formação territorial brasileira, como se vê no seguinte trecho:

“(...) não só as visões do mundo [devem ser estudadas], mas também e sobretudo, suas expressões concretas. (...) deve ainda se perguntar quais são as razões sociais ou individuais que fazem com que essa visão (que é um esquema geral) tenha sido expressa nessa obra (...).” (GOLDMANN, 1979, p.22)

Cabe ressaltar que as visões do mundo não ficam restritas a um período temporal. Quando estas se apresentam em outras épocas há de se ter um cuidado maior para não cometer anacronismos, admite-se assim o relevante papel do movimento histórico para análise dos fenômenos, entendendo que as partes não podem ser compreendidas por elas mesmas, mas sim na sua interação com a totalidade, conforme Goldmann (1979, p. 42) coloca no excerto abaixo:

“(...) sabe também que uma ‘experiência’, uma ‘correlação’ isolada de seu contexto, nada prova mesmo que possa repeti-la várias vezes com um certo número de variações possíveis, que fatos análogos tem, em contextos diferentes, significados exatamente contrários e que quando se trata de fatos humanos, seu estudo só tem valor na medida em que os enquadra no conjunto dinâmico das relações sociais e históricas de que fazem parte”.

Logo, Goldmann (1979) propõe a estrutura significativa como fundamental para se estudar os diversos planos da história. Sejam eles movimentos sociais, ideológicos, políticos e econômicos, estes que se inferem da ligação da estrutura interna das obras literárias e estão intrínsecas a dinâmica da história, tendo em vista que:

“(...) todo fato humano se insere num certo número de estruturas significativas globais cuja evidênciação é só o que permite conhecer sua natureza e sua significação objetiva.” (GOLDMANN, 1979, p. 101)

Juntamente com a sociedade há um discurso, que por detrás oferece um modo de pensar. Há neste último uma grande capacidade de significação e controle de práticas sociais, sujeitando-se a influências, mas também a influenciá-las, de modo a

tomar dimensões de dominação e controle entre as classes sociais, ao passo de galgar o atendimento de interesses particulares.

Logo, o discurso pode-se realizar-se em duas faces singulares, porém complementares, são elas: a ideologia e o ideário. A última retrata precisamente a ideia, ou seja, uma projeção abstrata, no nosso caso do nacional-brasileiro, com o passar do tempo às características relativas a tal, vão sendo atribuídas e se tornando mais amplas, Araújo GCC (2013) apoiada em EAGLETON, 2005; LARAIA, 2003) vai considerar o imaginário como sinônimo de imaginário social, isto é um conjunto de ideias, das quais consideram as interpretações e representações sobre o mundo, equivalendo a cultura de uma sociedade.

A ideologia por sua vez tem como aspecto a entonação na qualidade de função social. Ao passo que possui um poder discursivo colocado em objetos e ações, tornando-se hegemônica, de modo que é produzido modelos de controle e imperativo de força e poder de tal discurso, como podemos ver no trecho abaixo:

Associando então o discurso ideológico à produção dirigida de sentidos ao cerne da criação, difusão e imposição deste discurso em uma sociedade, que são as instituições, sejam elas econômicas, acadêmicas, políticas e culturais. Instituir significa dar a algo um valor normativo, ou seja, legitimando sua validade perante a sociedade, atingindo assim diretamente o ideário social, em uma verdadeira distribuição de papéis e funções dos indivíduos (FOUCAULT, 2002; CHAUI, 2008 *in* ARAÚJO GCC, 2013, p. 21).

Tendo em vista que as atividades culturais possuem uma importante contribuição discursiva e ideológica. Vemos que as complexas totalidades de produção de representações da sociedade e do geográfico, sob um período histórico, são marcas de um processo compreendido por ideologias geográficas, onde há uma proximidade entre o ideário de um nacional pautado em características naturais do território brasileiro.

A presença das ideologias geográficas em toda a trajetória de construção do ideário nacional demonstra o poder que adquire com o processo histórico de formação do Brasil. Assim, podemos reparar como que as instituições ou agentes que a usam como função de ordenação de relações sociais ao ideário social, que se acabam se valendo da natureza como forma de realizar os interesses da classe dominante.

As representações do espaço são constituintes da esfera do discurso político. Segundo Carvalho (1990) é particularmente relevante o controle do imaginário social em conjunturas de mudança política e social, ainda mais se tratando de momentos de resignificação de identidades coletivas, a formação de um imaginário contribui para a legitimação do regime político, no caso de *Canaã é a República*, onde a partir desse imaginário permite-se atingir os populares da cabeça ao coração, de modo que as suas pretensões e receios se transformem em esperança de um povo de maneira a legitimar o apelo nacional-republicano.

Para que haja tal respaldo popular sobre o projeto de Brasil enquanto República, observa-se uma verdadeira luta pela composição oficial de fatos com vistas à um estabelecimento do mito fundador. Carvalho (1990) aponta que para tanto é preciso que o povo ame a significação criada, que o mito de origem possa ser apropriado de tal forma pelo imaginário social, que essa representação imagética do nacional acaba sendo considerada através dos aspectos paisagísticos naturais e da cor da pele, como a narrativa de *Canaã* traz por meio de seu autor.

Se a República tinha como principal ação o fato do convencimento, valia-se do uso de símbolos para criar um ideário nacional republicano, presente nas obras da época, entre elas: *Canaã*. Carvalho (1990) coloca que:

(...) [o] uso abundante em livros, jornais, publicações da Igreja, conferências públicas. Era sua arma principal de convencimento dos setores médios. Mas empregaram também o simbolismo das imagens e dos rituais, especialmente tendo em vista dois públicos estratégicos, as mulheres e os proletários, menos afetos, ao menos no Brasil, à palavra escrita.

O período histórico compreendido em *Canaã* é tido na historiografia como a República Velha (1889 – 1930). Este, não compreende tantos rompimentos com a estrutura colonial e imperial que havia sendo implantada no Brasil se tratando do panorama econômico brasileiro e de relações sociais, entretanto, há particularidades importantes contidas nesse processo de implantação da República no país.

A passagem do Império para a República mostra um conflito entre os diferentes grupos e interesses pelo poder, atrito caracterizado principalmente pelos militares e por uma classe política baseada em oligarquias rurais.

O novo período político resultou em uma Constituição, promulgada em 1891. A Constituição Republicana inspirada no modelo estadunidense, teve como base o federalismo, fato que ocasionou consequências importantes, pois a divisão em unidades federativas proporcionava condições não apenas para a própria autonomia, como também pela própria organização dos estados, seja em termos de legislar sobre o próprio território, ao passo que permitia também que cada estado pudesse fazer suas escolhas em relação a empréstimos no exterior, a organizar forças militares estaduais, e a atuação de um próprio poder judiciário.

A descentralização dos poderes em relação à União, segundo Fausto (2003), era uma aversão dos liberais de que o poder central pudesse voltar a ter decisões autoritárias como no período imperial e colonial. A partir da Constituição de 1891, foram instituídos três poderes “harmônicos e independentes entre si”, sendo eles: Executivo, Legislativo e Judiciário, estes sob um regime presidencialista, adotou o voto direto e “universal<sup>3</sup>”.

Surgem outros marcos importantes oriundos da promulgação da Constituição, por exemplo a separação entre Estado e Igreja. Entretanto, os pensamentos materializados pelo documento traz diversas implicações nas disposições do país, com linha de um pensamento positivista, ao qual previa o incremento das manufaturas no país, a ampliação de políticas de imigração (como é o caso dos personagens alemães em *Canaã*) com vistas em um “embranquecimento” da população brasileira e a ocupação do território, também a manutenção das políticas agrícolas voltadas ao favorecimento de oligarquias, que inclusive tomaram outra proporção.

Mesmo com as mudanças nos âmbitos político, social e econômico, a desigualdade continuava se perpetuar devido às relações sociais oriundas do Brasil Colônia e da era Imperial. Nesse incipiente período da Primeira República novas tensões começam a emergir com as novas governanças, havia novos objetivos, uma dinamização da estrutura de classes, que ainda se esbarrava em uma mentalidade ruralista e coronelista que dificultavam a pretensão de modernização produtiva brasileira, com isso, um destino sob a “ordem e progresso” das forças produtivas era

---

<sup>3</sup> Cabe apontar que à época, as pessoas que eram consideradas eleitores pela lei, consistiam nos cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluindo os praças militares, os mendigos, analfabetos e mulheres. (FAUSTO, 2003, p. 251)



colocado como o discurso de emancipação e desenvolvimento para o sentido e a formação da nacionalidade brasileira.

Ao final do Império têm-se um período que compreende a transformação e a expansão das forças produtivas, o que leva a criação de novos setores sociais. Desse modo, Carone (1970) aponta que há um estímulo para uma estratificação social cada vez mais diversificada, ampliando a dualidade entre senhor e escravos, ao passo de caracterizar cada vez mais uma sociedade com grupos socioeconômicos mais heterogêneos.

Com a economia brasileira baseada em produtos voltados ao mercado externo, o país na transição entre o Império e a República acaba por marginalizar diversos grupos de população. Os caipiras, matutos, índios, caboclos e o negro recém-liberto vivem à parte dessa parcela da economia que condiz na principal fonte de renda nacional, esses grupos populacionais quando vivem por si só, geralmente adotavam técnicas primitivas voltadas para o consumo próprio.

Quando muito, estas populações marginalizadas se integravam na dinâmica de venda de sua força de trabalho em uma situação análoga aos períodos colonial e imperial. Ao passo que as forças produtivas eram aplicadas na exploração da terra ou ligadas a atividades de produção de artigos para exportação, como a borracha, o açúcar ou o café.

Além das atividades desenvolvidas no campo, o início da República é marcado pelas volumosas massas de imigrantes europeus, promovido por políticas de incentivo de imigração do Estado brasileiro. Soma-se a isto o “advento” da incipiente industrialização brasileira, esta amparada sob os capitais oriundos da aristocracia cafeeira, que tomou os espigões dos novos grandes centros comerciais que começaram a se formar, com isso, a burguesia e o conservadorismo de sua classe agora se manifestam veementemente no ambiente urbano, enquanto o trabalhador rural brasileiro foi coagido a fugir para as cidades e venderem sua força de trabalho a preços ordinários, ou a se tornarem exército industrial de reserva.

Observa-se assim, o processo de transformação de sociedade brasileira rural em interesses urbanos e financeirizados, onde além do patrocínio de investimentos

estrangeiros, boa parte das atividades industriais e comerciais tiveram origem pelas classes rurais dominantes.

O coronelismo acaba por ser um resultado/reflexo de como se estabelece a estrutura de poder na República Velha, época que o romance *Canaã* se passa. Leal *in* Carvalho (1997) nos indica como o coronel faz parte da análise do sistema, estrutura as quais se organizam as relações de poder nesse período histórico da Primeira República, centradas principalmente a partir do município.

O fenômeno do coronelismo segundo Carone (1970) é efeito da desarmonia entre o centralismo até então presente desde o Brasil Colônia e incipiente federalismo implantado pela República. O próprio termo *coronel* tem origem na patente da Guarda Nacional que foram compradas ou concedidas pelos grandes latifundiários, industriais locais e comerciantes, de modo a estes em suas respectivas áreas locais tornavam-se a pura representação de privilégios legais, tendo como manifestação a instituição do mandonismo político; essa estrutura local se estabeleceu de tal forma justamente pelo fato de que a fragilidade dos poderes centrais, seja a esfera estadual quanto a federal, possibilitaram a criação de líderes locais.

O coronel se apresenta socialmente com um conjunto de atribuições que o fazem obedecido e temido em virtude da sua pessoa. O título, conquistado por meio de herança, da influência natural da tradição das famílias, da ação, da fortuna ou por meio da perspicácia, faz da figura do coronel o camarada dos agregados, comerciantes e agricultores, que por sua vez lhe dão como contrapartida a sua fidelidade, aos seus familiares e amigos lhes conferem uma porção de privilégios ou estreitas relações com a máquina pública, e principalmente, é íntimo do juiz a quem lhe deve respeito.

Somado ao controle que o coronel detém, há aliado a ele o seu complemento de doutor. Carone (1970) coloca que essa torna-se uma ligação orgânica, onde o doutor faz valer o seu domínio social por meio de suas outras qualidades, dadas pelo poder da inteligência e da cultura.

Dessa forma o controle pelo coronel é completo em sua localidade. A postura descentralizada do Estado faz dele um chafariz de privilégios, de maneira que o poder acaba por se fixar no coronel principalmente a partir da função de administração da

autonomia das rendas e verbas provenientes das instâncias maiores; por sua vez essas quantias acabavam se concentrando nas mãos dos chefes da estrutura política coronelista, o que os leva a fazer o uso pessoal desse recurso em benefício de seus simpatizantes, exemplos corriqueiros são as trocas de chefes de polícia, ou mesmo a nomeação de novos juízes que convergiam aos interesses particulares dos coronéis.

Segundo Leal *in* Queiroz (1975, p. 157) “o coronelismo seria uma forma de adaptação entre o poder privado e um regime político de extensa base representativa”.

É por meio dessa estrutura coronelista que há uma confluência entre as relações entre poder local e Estado Nacional, pautados em uma representação de um ideário brasileiro. Dessa maneira, o laço entre conjuntura econômica e fato político dá base à manutenção das relações de classe e produção, bem como ao mesmo tempo o Estado assumia uma presença maior na vida nacional, cada vez de modo, a se ampliar e concomitantemente de também amparar as decadentes oligarquias locais, que faziam da barganha a política nacional.

Desde a colonização portuguesa, de forma geral, há três eixos que orientaram o processo de organização espacial e social no Brasil. São eles: a) conquista da terra, visando não apenas a ocupação das terras como estabelecendo relações sociais que vão se compondo de elementos políticos e culturais para a formação da sociedade colonial; b) fixação na terra, que se caracteriza de forma imperativa através do estabelecimento de relações de trabalho escravizadoras, na qual havia o apresamento e escravização de índios e negros, que serviram de liga para o modo de produção colonial e; c) a exclusão, esta que é acentuada com a legislação sobre a propriedade privada, perpetuando os latifúndios na organização agrária e estendendo a desigualdade nas vilas e cidades.

Através desse processo de organização espacial e social no Brasil, há uma relação íntima entre cultura e política tendo em conta a formação do nacional. A partir de *Canaã* é possível verificar ideologias geográficas que pretendiam ler o espaço geográfico brasileiro, de maneira a orientá-lo por meio de representações coletivas do “novo” Brasil republicano.

Moraes (1988) assinala que o aspecto capitalista tardio brasileiro foi um campo propício para o uso de ideologias geográficas na vontade do Estado de ordenar o

território. Ainda mais se pensarmos que ao longo da história brasileira a dimensão do território a ser construído é presente até os presentes dias, ou seja, o espaço geográfico do Brasil está em constante processo de ocupação, faça-se com frentes de industrialização e urbanização ou por meio de áreas de expansão agrícola/mineral.

A tomada contínua do espaço têm sido um fio condutor da construção do que é o brasileiro. A formação territorial acaba por se manifestar junto aos arranjos da política nacional, ao passo de consolidar a prática dos acordos “pelo alto” justamente sob a alegação da integração do território, observa-se assim o papel que as ideologias geográficas tem na política brasileira e formação econômico-social.

Logo, a nacionalidade brasileira, na verdade assume-se enquanto resultado de uma conquista territorial, e não como a construção de uma sociedade e de um território. Mas sim de uma sociedade que colocava o espaço como o componente de identidade, e que devido a via colonial de desenvolvimento capitalista servia como anteparo para estruturar a subserviência e legitimar a violência e a desigualdade, como é o exemplo do escravismo na história brasileira, faz com que a idealização de que o território e todo o seu conteúdo é um ambiente a ser dominado.

Diante da situação da construção do país sobre um alicerce territorial impreciso, vai auxiliar formas de controle social. Ao passo que se consolida uma visão de mundo das classes dominantes, onde o conteúdo humano é ignorado, levando-se em conta apenas a identificação do país com o seu espaço, de modo que a população revelasse como uma mera qualidade desse lugar.

O propósito de garantia do espaço é o que amalgama os interesses lusitanos para o território brasileiro e a legitimação da colonização. No entanto, no Império e na República as elites locais passaram também a adquirir essa perspectiva de manutenção do território com predileções aversas ao povo, de modo a colocar as ambições da classe dominante baseadas em um bem comum aglutinado na paisagem, na terra, no território e não na população, como pode-se observar abaixo:

Observa-se, então, que as classes dominantes forjam sua identidade tendo a concepção e conquista territorial como um de seus componentes fortes de solidariedade. A ideia do nacional tem, assim, forte conotação cartográfica. (MORAES, 1988, p. 99)

Além disso, a escravidão acaba por naturalizar a relação social de desigualdade entre escravizados e não escravizados. Segundo Moraes (1988) essa posição de diferenciação faz com que se fundamente e fortaleça as relações clientelistas, amplamente difundidas no período republicano, onde por meio do compadrio, acaba por propagar um mecanismo de “igualdade formal dos livres”, submetendo a população mais pobre, sobretudo aos cidadãos negros o reforço de elos desiguais referenciados nos espaços locais.

O clientelismo e o seu recorte provinciano fomenta as ideologias geográficas na construção da formação territorial brasileira. As edificações das identidades regionais, organiza os vínculos entre sujeito e local de vivência, de modo que resulta em um conjunto de interesses mascarados, ao passo que lhe transmite uma identidade ilusória sem referência social com base em uma identidade brasileira, representando apenas interesses de uma classe dominante.

Moraes (1988, p. 101) aponta que o sistema clientelista acaba por fazer com que “as desigualdades de classe dilu[a]m-se na identidade regional”. Cria-se dessa maneira um entendimento político brasileiro, principalmente na República Velha, que toma os interesses e decisões pautadas em base espacial, que na maioria das vezes se apresentava por meio da região.

A eficiência do clientelismo se deve ao fato de que esses valores servem ao esfacelamento das classes sociais mais pobres. Com isso, as identidades baseadas em aspectos políticos regionais faz com que as classes subalternas não consigam atingir seus interesses políticos em maiores proporções.

Logo, o regionalismo propiciado pelas ações coronelistas é operacionalizado como uma ferramenta de fragmentação. Verifica-se que a identidade através do espaço, sedimenta concomitantemente uma visão nacional das classes dominantes, bem como exerce a separação das classes dominadas em sua própria divisão territorial.

Conseqüentemente observa-se a ideia e a apropriação que se tem do território para as diferentes classes sociais. Ao passo que há significados e representações desintegradoras da postura política dos indivíduos, dessa forma, o limiar espacial para as elites republicanas consistia como o elemento nacional, enquanto que para as

classes dominadas, o espaço local, quiçá o regional era a possibilidade de espacialização que se permitia a sua atuação política.

O regionalismo emerge enquanto um mistificador de processos sociais ao passo de que o faz ao considerá-los como uma qualidade espacial. Logo, os embates entre os indivíduos e as classes são tomadas como se fossem relações entre os lugares.

Com isso, a identidade que se forma na região esbarra na dificuldade de elos político-sociais auxiliando na desagregação dos interesses populares. Além disso, opera como um disseminador de traços fantasiosos entre os habitantes da região, consolidando-se na qualidade de um persuasivo instrumento de controle político da população.

*Canaã* demonstra em seu enredo quadros sobre a vida brasileira. É nítida a preocupação com traçados do folclore, que colocam fenômenos sociais para expor a vida nacional, nas quais os personagens assumem esses acontecimentos para desenvolver colocações de como a vida na colônia e no Brasil se desenvolve, ou até apontar a integração da sociedade em uma perspectiva humanitária, unindo o ser humano e a natureza, e fazendo da última a metáfora da pujança do povo brasileiro oriundo de uma mestiçagem entre as raças, como pode ser visto na passagem a seguir:

“A floresta tropical é o esplendor da força na desordem. Árvores de todos os tamanhos e de todas as feições; árvores que se alteiam, umas eretas, procurando emparelhar-se com as iguais e desenhar a linha de uma ordem ideal, quando outras lhes saem ao encontro, interrompendo a simetria, entre elas se curvam e derreiam até ao chão a farta e sombria com árvores, umas largas, traçando um raio de sombra para acampar um esquadrão, estas de tronco pejado que cinco homens unidos não abarcariam, aquelas tão leves e esguias erguendo-se para espiar o céu, e metendo a cabeça por cima do imenso chão verde e trêmulo, que é a copa de todas as outras. Há seiva para tudo, força para a expansão da maior beleza de cada uma. Toda aquela vasta flora traduz a antiguidade e a vida. Não se sente nela sombra de um sacrifício que seria o triunfo e o prêmio da morte. Dentro, as parasitas se enroscam pelos velhos troncos, com a graça de um adorno e de uma carícia.” P. 39

Dessa forma, as representações contidas no romance supõem um plano social, posto que a linguagem capta a interioridade do ser humano quando da época em que

vive. Logo, Paes *in* Araújo BDR (2013) coloca que *Canaã* é um agrupamento de contradições de horizontes da realidade brasileira e os ideais de Milkau, na qual a solução cósmica é a saída para os problemas enfrentados sobre as discussões tidas nesse momentos histórico, como é o caso da abolição, da proclamação da República, o conflito entre as raças.

Observa-se nos diálogos entre Lentz e Milkau que a direção da nação brasileira se encontra pela vereda da fusão racial. Esta conduziria o Brasil à civilização e ao progresso, pensamento este imbuído fortemente na concepção positivista da República Velha, pensamento que pode ser visto através da fala de Milkau no trecho abaixo:

MILKAU – A substituição de uma raça não é remédio ao mal de qualquer civilização. Eu tenho para mim que o progresso se fará numa evolução constante e indefinida. Nesta grande massa da humanidade há nações que chegam ao maior adiantamento, depois definham e morrem, outras que apenas esboçam um princípio de cultura para desaparecerem imediatamente; mas o conjunto humano, formado dos povos, das raças, das nações, não para em sua marcha, caminha progredindo sempre, e os seus eclipses, os seus desmaios não são mais que períodos de transformações para épocas fecundas e melhores. É a fatalidade do Universo, que se cumpre nesse Todo que é uma parte dele... Quando não há um trabalho à flor das coisas, luminoso e doce, há uma elaboração subterrânea, tenebrosa e forte. Às vezes, é num ponto isolado da superfície que se dá a opacidade das trevas, e pela fusão um povo aí se forma recapitulando a civilização desde o seu ponto inicial e preparando-se para levar o progresso mais longe que os povos geradores... (ARANHA, 2013, p. 43)

No entanto, mesmo que o protagonista defenda a integração entre as raças como a solução para a identidade nacional brasileira, observa-se que a cultura no Brasil é um meio de disseminação de ideologias. Nesse caso, a ideologia de que através da mistura das raças resultaria em paz, esconde um processo histórico no qual a sociedade brasileira tem parte de seu âmago “esbranquiçado” para ser considerada enquanto nacional.

Para tanto, a edificação da cultura nacional estabelece um novo vínculo com os aspectos naturais brasileiros. De modo a propor duas maneiras diferentes de se compreender a configuração social brasileira; o primeiro traz o ponto de vista da primazia germânica sobre a brasileira, enquanto que a segunda coloca em voga uma

discussão doutrinária de fusão racial, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

“É provável que o nosso destino seja transformar de baixo a cima este país, de substituir por outra civilização toda a cultura, a religião e as tradições de um povo. É uma nova conquista, lenta, tenaz, pacífica em seus meios, mas terrível em seus projetos de ambição. É preciso que a substituição seja tão pura e tão luminosa que sobre ela não caia a amargura e a maldição das destruições. E por ora nós somos apenas um dissolvente da raça desta terra. Nós penetramos na argamassa da nação e a vamos amolecendo; nós nos misturamos a este povo, matamos as suas tradições e espalhamos a confusão... Ninguém mais se entende; as línguas estão baralhadas; indivíduos, vindos de toda parte, trazem na alma a sombra de deuses diferentes; todos são estranhos, os pensamentos não se comunicam, os homens e as mulheres não se amam com as mesmas palavras... Tudo se desagrega, uma civilização cai e se transforma no desconhecido ... O remodelamento vai sendo demorado... Há uma tragédia na alma do brasileiro, quando ele sente que não se desdobrará mais até ao infinito. Toda a lei da criação é criar a própria semelhança. E a tradição rompeu-se, o pai não transmitirá mais ao filho a sua imagem, a língua vai morrer, os velhos sonhos da raça, os longínquos e fundos desejos da personalidade emudeceram, o futuro não entenderá o passado...” (ARANHA, 2013, p. 37-38)

O começo da primeira República aponta a discussão sobre as raças e suas consequências para a organização da identidade nacional. Surge diversas linhas de pensamentos sobre a fusão de etnias, seja elas como forma de emancipação, ou através da mestiçagem vista como forma de degeneração do ser humano, discussões inclusive científicas fomentavam consideravelmente o pensamento social brasileiro, na procura de um fenótipo e um genótipo nacional.

Diante dessa perspectiva, o darwinismo social ao entender a sociedade como uma competição entre as raças, leva a compreender que através da miscigenação, teria-se um processo de branqueamento de seleção natural que beneficiaria a criação de um brasileiro com características físicas e emocionais semelhantes a raça europeia.

Sob a ótica desse discurso, é interessante ver o papel da imigração crescente após 1850, devido ao fim do tráfico negreiro e, incentivada de maneira mais intensa na República Velha. Os imigrantes ao virem para o Brasil não só têm como função contribuir com a economia do país, mas com vistas de branquear a população,



civilizando-a por meio de um processo de assimilação de raças, ao ponto de integrar os povos “atrasados” no roteiro cultural da civilização europeia.

Segundo o ponto de vista da época, o sangue branco higienizaria as etnias que instituíram o Brasil. Isto é, a identidade nacional erigida pela miscigenação atravessaria por uma medicação com o intuito de se alvejar uma “coesão social” brasileira.

Através de *Canaã*, verifica-se que o autor tende a não negar a raça, mas de criar uma espécie de “re-integração” da índole nacional aos modelos europeus. Nos pensamentos do próprio protagonista é recorrente a ideia do embranquecimento, ao passo que a mescla das raças é a forma de se legitimar a sociedade brasileira, que a mestiçagem seria um modo de superação, uma vez que integraria as qualidades dos seres humanos.

Milkau certifica que a fusão de raças é um movimento favorável, apropriado de alçar a níveis maiores a cultura e a civilização no Brasil. A República com a imigração teria a potencialidade de cobiçar um futuro afortunado, cabendo assim aos imigrantes a responsabilidade do processo civilizatório brasileiro, conforme pode ser visto no fragmento abaixo:

A crise da cultura aqui é motivada pela divergência dos estados de civilização das várias classes do povo. É preciso um pouco mais de identificação, como dolorosamente já se está fazendo. Não há raças capazes ou incapazes de civilização, toda a trama da história é um processo de fusão: só as raças estacionadas, isto é, as que se não fundem com outras, sejam brancas ou negras, se mantêm no estado selvagem. Se não tivesse havido a fatal mistura de povos mais adiantados com populações atrasadas, a civilização não teria caminhado no mundo. E no Brasil, fique certo, a cultura se fará regularmente sobre esse mesmo fundo de população mestiça, porque já houve o toque divino da fusão criadora. Nada mais pode embaraçar o seu voo, nem a cor da pele nem a aspereza dos cabelos. E no futuro remoto a época dos mulatos passará, para voltar a idade dos novos brancos vindos da recente invasão, aceitando com reconhecimento o patrimônio dos seus predecessores mestiços, que terão edificado alguma coisa, porque nada passa inutilmente na terra... (ARANHA, 2013, p. 224)

Em variados trechos da obra, a supremacia da raça europeia é estimada, à medida que o brasileiro é caracterizado como elemento que tem como fim a extinção. É o caso do trecho abaixo, que trata das lendas originárias:

Cada um lembrou uma história de sua localidade originária. Ali, no serão da terra tropical, surgiram, chamados pelas evocações dos emigrados, os heróis, os semideuses saxões, as ninfas do Reno, os gigantes com o seu cortejo de anões fantásticos. Os dois brasileiros interessavam-se ardentemente por esses contos vindos de um mundo desconhecido e que lhes sugeriam a reminiscência de tantas outras histórias europeias a eles transmitidas e adulteradas pelos povos brancos, primeiros geradores da sua raça mestiça. Mas agora as lendas volviam às suas origens, vinham mais puras, mais límpidas, com o seu caráter imune de contatos estranhos; (...) (ARANHA, 2013, p. 70)

A crise na definição da feição do nacional, em *Canaã* dá margem ao julgamento da superioridade da raça do exterior dissolvendo a raça mestiça nacional. Observa-se na obra que a formação da identidade brasileira está em contato com as exigências exteriores, acrescenta ainda Schwarz (1986) que a dinâmica da vida nacional e cultural nacional, seguiu à risca a co-existência de formas modernas de civilização com a preservação da estrutura social e econômica colonial.

Sendo assim, a cultura brasileira provém da ambivalência das práticas sociais que se perpetuam somadas as novas. Com isso, o reconhecimento do elemento nacional viria através da imigração e da consolidação da fusão racial, por isso a compreensão da mestiçagem, em seu aspecto cultural e racial é essencial para o entendimento de como as ideologias se infiltram nos pensamentos do ideário nacional, colocando-se como provedores do progresso e encobrindo as relações de classe, de modo a uniformizar os processos históricos, bem como a desigualdade social.

# **5. Considerações Finais**

O ideário republicano, não foi capaz de sistematizar uma identidade nacional brasileira de fato. Em alguns elementos em que se obteve êxito, se deveu a antigas tradições seja com laços imperiais, coloniais ou relacionados a valores religiosos.

Observa-se que o problema da identificação nacional brasileira é uma situação de extrema complexidade. Ainda mais ao considerar a eficácia das ideologias geográficas em confundir esse assunto, que, aliado a uma política excludente, de “acertos pelo alto”, amparados por uma cultura colonial, violenta e de classes bem definidas, dificulta a compreensão do “tipo brasileiro”.

A falta de uma “tradição cultural” dificulta o entrelaçamento de ações solidárias, em se tratando do aspecto nacional, principalmente entre as classes populares. Tal situação é bem exemplificada por todas as culturas e etnias que possuem como traçado caracterizador a identidade problemática dos povos mestiçados.

Não é estranho que as ideologias geográficas com todo o seu poder de controle social, apenas requalifique os discursos, de maneira a manter a relevância de tais no cenário da legitimação política. A falácia da modernização traz em seu cerne intenções e projeções sobre o espaço geográfico brasileiro, que a partir do regionalismo, recicla-se numa perspectiva de pré-ideação do espaço, como um ente homogêneo, onde se espacializam cada vez mais intensamente as moléstias de um Brasil “moderno” ignora-se a história da desigual formação territorial brasileira, de maneira a caracterizar o território como um importante instrumento de mediação, e a população como um instrumento para servir aos interesses de espaço ideologizado.

## 6. Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, B. D. R. **Estudo sobre a composição estética da obra *Canaã*, de Graça Aranha**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.
- ARAÚJO, G. C. C. **Do ufanismo edênico ao saudosismo heroico: ideologia e discurso geográfico no ideário nacional brasileiro**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Instituto de Ciências Humanas – Departamento de Geografia, 2013.
- BOSI, A. **Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica**. São Paulo: Duas Cidades, 2003.
- BOSI, A. **O Pré-Modernismo**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- CÂNDIDO, A. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre o azul, 2006.
- CARONE, E. **A República Velha – instituições e classes sociais**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- CARVALHO, J. M. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, J. M. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados, v. 40, nº. 2, Rio de Janeiro, 1997.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- GARBUGLIO, J. C. **O universo estético-sensorial de Graça Aranha**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1966.
- GOLDMANN, L. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MÉSZÁROS, I. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Ensaio, 1993.
- MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas: espaço cultura e política no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

PAES, J. P. **Canaã e o ideário modernista**. São Paulo: Edusp, 1992.

QUEIROZ, M. I. P. **O coronelismo numa interpretação sociológica** in FAUSTO, B. **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano**. São Paulo, DIFEL, 1975.

SCHWARZ, R. **A estrutura de Canaã** in **A sereia e o desconfiado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SCHWARZ, R. **Nacional por subtração**. Folha de S. Paulo, sábado, 7 de junho de 1986. Disponível em: <[http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada\\_07jun1986.htm](http://almanaque.folha.uol.com.br/ilustrada_07jun1986.htm)> acesso: 27/08/2016.

CONSULTADA

AGUIAR, F. (Org.). **Com palmos medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira**. São Paulo: Boitempo Editorial e Fundação Perseu Abramo, 1999.

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK – JQ**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2ª ed., 1978.

CHAUÍ, M. de S. **O nacional e o popular na cultura brasileira – seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

COSTA, E. B.; SUZUKI, J. C. **A ideologia espacial constitutiva do Estado Nacional Brasileiro**. XII Coloquio Internacional de Geocrítica – las independencias y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-E-Batista.pdf>> acesso em: 14/04/2017.

HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MONTEIRO, C. A. F. **O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas**. Florianópolis, Editora da UFSC, 2002.